

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**PAULA MAIA WUNDER ANDREOLA**

**A TRANSMISSÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS PELO  
TELEJORNALISMO PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SÉRIE  
“DIÁRIOS SECRETOS”**

**Curitiba**

**2014**

**PAULA MAIA WUNDER ANDREOLA**

**A TRANSMISSÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS PELO  
TELEJORNALISMO PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SÉRIE  
“DIÁRIOS SECRETOS”**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, do Curso de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. João Somma Neto

Curitiba  
2014

Catálogo na publicação

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Andreola, Paula Maia Wunder

A transmissão de escândalos políticos pelo telejornalismo paranaense :  
um estudo de caso sobre a série “Diários Secretos” / Paula Maia Wunder  
Andreola – Curitiba, 2014.

111 f.

Orientador: Prof. Dr. João Somma Neto

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação  
e Design da Universidade Federal do Paraná.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

## PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **PAULA MAIA WUNDER ANDREOLA**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “**A transmissão de escândalos políticos pelo telejornalismo paranaense: um estudo de caso sobre a série Diários Secretos**” é de parecer favorável à *Aprovação* da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 26 de agosto de 2014.

Profª Drª Mônica Cristine Fort (TUIUTI)

Prof Dr Luiz Paulo Maia

Prof Dr Jair Antônio de Oliveira

Prof Dr João Somma Neto

Orientador e presidente da banca examinadora

Aos meus filhos, Gabriela e Eduardo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e ânimo nas horas em que pensei em desistir. Por várias vezes pedi a Ele que me ajudasse ir até o fim.

Agradeço meus pais (Paulo e Maria da Graça) e minha avó (Lourdinha) pela disponibilidade de cuidar dos meus filhos para que eu pudesse comparecer às aulas e escrever a dissertação. Sem o apoio deles com certeza não teria conseguido. Aos meus irmãos (Patricia e Ricardo).

Agradeço imensamente ao meu marido (Rafael) pela compreensão nos meus momentos de descontrole, nas horas difíceis e por nunca ter questionado minhas escolhas, me apoiando nas mudanças que surgiram ao longo dessa caminhada.

À minha ex-professora, colega de trabalho e eterna amiga Fernanda Biazetto Vilar Fabricio, por tantas vezes me ouvir e me apoiar na decisão que eu tomasse, boa ou ruim, e sempre concordando com minha maior preocupação: meus filhos. À Mônica Kaseker, também ex-professora, colega de trabalho e amiga, por ter sido a maior incentivadora na minha entrada no mestrado, além de ter ajudado com a ideia de meu objeto de pesquisa. À minha tia (Rosana) por sempre me incentivar e não me deixar desistir.

Também agradeço às minhas colegas de mestrado (Anne e Patricia), que se tornaram melhores amigas nessa difícil caminhada que fizemos juntas. Pelos cafés, estudos, risadas e choros, que não foram poucos. Até o fim sempre nos demos força para conseguir terminar. À minha colega Renata, pessoa fundamental no decorrer de meu trabalho. Sem sua ajuda e conhecimento dificilmente esse trabalho seria concluído.

Agradeço especialmente meu orientador, João Somma Neto, pela paciência, ensinamentos, disponibilidade e por compreender meus momentos de ausência. Aos membros da banca de avaliação, Prof. Mônica Fort, Prof. Jair Antonio de Oliveira, Prof. Luiz Paulo Maia, pelas contribuições dadas a esta pesquisa.

Tudo vale a pena quando a alma não é  
pequena.

FERNANDO PESSOA

## RESUMO

Este trabalho analisa as reportagens da série Diários Secretos, transmitidas pela RPCTV no ano de 2010. As reportagens se referem ao escândalo político ocorrido na Assembleia Legislativa do Paraná naquele ano. Com o objetivo de investigar o modo como o telejornalismo atua na transmissão de escândalos políticos, foram realizadas entrevistas com os jornalistas responsáveis pela Série e pesquisa documental. Diante disso, coloca-se em questão: De que forma a mídia intermediou o escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná, através da série “Diários Secretos”, entre representantes e sociedade, sendo que para uma parcela da população a TV é a principal fonte de informação? Como o jornalismo atua na fiscalização, veiculação, crítica e análise do sistema político? Como metodologia empírica foi adotada a análise de conteúdo das reportagens da Série, transmitidas entre os dias 15 e 22 de Março de 2010, durante a primeira e segunda edição do telejornal Paraná TV. Teoricamente, busca-se refletir sobre o papel da televisão, sobre o conceito de escândalos políticos, sobre o telejornalismo paranaense e sobre jornalismo investigativo. A análise quantitativa e qualitativa aponta que houve um agendamento do tema para a sociedade, porém o mesmo não influenciou na reeleição de alguns envolvidos no escândalo. Fica também destacada a forma espetacularizada como as informações foram passadas pelos telejornais, através das fontes utilizadas e do tempo elevado destinado ao assunto durante as edições dos telejornais.

Palavras-Chave: Telejornalismo. Jornalismo Investigativo. Escândalo Político. Diários Secretos.

## ABSTRACT

This paper analyzes the reports of the Secret Diaries series, transmitted by RPCTV in the year 2010. The reports are about the political scandal that took place in the House of Representatives in Paraná during that year. With the objective of investigating how Tele journalism plays a role in the transmission of political scandals, interviews with the journalists responsible for the Diaries were held, and documentary research was conducted. This puts into question: how did the media handle the political scandal of the Secret Diaries in the House of Representatives of Paraná between the representatives and society. Considering that for a portion of the population, television is the main source of information, how does journalism play a role in monitoring, critiquing and analyzing the political system? As an empirical methodology, a content analysis was conducted including news articles of the series broadcasted between the 15<sup>th</sup> and the 22<sup>th</sup> of March 2010, during the first and second editions of television news Paraná TV. Theoretically, it is intended to reveal the role of television, the concept of political scandals, news broadcasting in Parana, and investigative journalism. Quantitative and qualitative analysis points out that there was an intentional schedule for presentation of the theme for society, but it did not influence the re-election of some of the representatives involved in the scandal. It is also highlighted how the “show” forum was the way information was passed by TV news, through the sources used and the amount of time dedicated to the subject during the editions analyzed.

Key words: Tele journalism. Investigative journalism. Political scandal. Secret Diaries.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Evolução do jornalismo.....	39
Duração de todos os produtos veiculados no telejornal sobre a Série.....	71
Veiculação das reportagens.....	74
Caracterização/tipo de peça jornalística.....	75
Presença e tipos de fontes nas peças jornalísticas.....	79
Duração temporal dos produtos sobre o tema nos telejornais.....	89
Divisão de blocos das peças veiculadas.....	90

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A TELEVISÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>15</b>
2.1 A TELEVISÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....	20
2.2 FUNÇÕES E DESEMPENHO DO TELEJORNALISMO.....	26
2.2.1 Agendamento.....	31
2.2.2 Enquadramento.....	38
2.3 EVOLUÇÃO DO TELEJORNALISMO.....	40
2.3.1 Jornalismo investigativo.....	43
<b>3 O ESCÂNDALO POLÍTICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ.....</b>	<b>46</b>
3.1 ESCÂNDALOS POLÍTICOS E MUDIÁTICOS.....	46
3.1.1 Exemplos de escândalos políticos e midiáticos.....	49
<b>4 A SÉRIE “DIÁRIOS SECRETOS”.....</b>	<b>56</b>
4.1 PRINCIPAIS ENVOLVIDOS.....	59
4.2 MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: Campanha O Paraná que Queremos.....	59
4.2.1 Manifestação na Boca Maldita.....	61
<b>5 O CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>65</b>
5.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS.....	66
5.1.1 Estudo de Caso.....	66
5.1.2 Análise de Conteúdo.....	67
5.2 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> : análise das reportagens televisivas da Série.....	69
5.2.1 Período de Monitoramento.....	69
5.2.2 Planilha de coleta de dados para análise.....	70
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE 2.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ocorrência de escândalos políticos não é algo atual. O que difere atualmente são a forma e a frequência com que são mostrados na mídia, o que conseqüentemente faz parecer com que eles estejam mais presentes em nosso dia a dia.

No ano de 2010, a Assembleia Legislativa do Paraná foi alvo de um escândalo político que teve início com a denúncia e divulgação pela Rede Paranaense de Comunicação (RPCTV) e pelo Jornal Gazeta do Povo de irregularidades publicadas nos Diários Oficiais da Casa. O que deveria, por lei, ser divulgado publicamente sobre contratação, cargos e situação de funcionários era feito em diários avulsos que continham informações incorretas, contratação de funcionários fantasmas e movimentações irregulares.

A investigação jornalística sobre os diários começou quase dois anos antes da divulgação, tendo como jornalistas responsáveis Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatchek. A procura por informações iniciou-se após uma denúncia feita à RPCTV sobre supostas irregularidades envolvendo uma deputada do Paraná. Essa denúncia fez com que os jornalistas fossem atrás de informações e começassem a descobrir irregularidades na própria Assembleia Legislativa do Paraná.

Com o intuito de entender o processo de investigação e veiculação, foram realizadas entrevistas em profundidade com os jornalistas responsáveis, pesquisa de processos em andamento sobre pessoas que foram julgadas e leitura do material desenvolvido por jornalistas do mesmo grupo, porém em veículo impresso – jornal Gazeta do Povo.

O tema da pesquisa é a cobertura de escândalos políticos feita pela imprensa, sendo que o foco deste estudo está em compreender a visibilidade dada pelos veículos de comunicação aos escândalos políticos, neste caso, a RPCTV de forma específica. A cobertura e a forma de reportagem utilizada e desenvolvida pela mídia geraram curiosidade e motivo de estudo ao constatar que uma rede de televisão, ao disponibilizar um grupo de jornalistas por dois anos investigando um caso, e relatá-lo, no formato de Série, nas principais edições locais de seu telejornal.

O objeto de estudo é o escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná e as reportagens especiais da série “Diários Secretos”, produzidas pela RPCTV e transmitidas no ano de 2010, entre os dias 15 e 22 de Março, e demais reportagens sobre o caso, transmitidas até 10 de Maio, durante a primeira e segunda edição do Telejornal Paraná TV.

A escolha do tema se deu pela importância do trabalho investigativo feito pelos jornalistas, que resultou na Série, trazendo à tona irregularidades da Assembleia, além dos desdobramentos e consequências gerados pela e para a sociedade paranaense.

O objetivo geral busca investigar o modo como o telejornalismo atua na transmissão de escândalos políticos, e como objetivos específicos têm-se fazer um estudo de caso sobre a série “Diários Secretos”, analisar o conteúdo das reportagens veiculadas durante a Série, identificar que autoridades estavam se manifestando, refletir e medir os tons das reportagens, e analisar o tempo das reportagens transmitidas.

A cobertura dos escândalos políticos midiáticos remete à discussão sobre a legitimidade que a imprensa faz de suas investigações e reportagens. Diante disso, coloca-se em questão: De que forma a mídia intermediou o escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná, através da Série “Diários Secretos”, entre representantes e sociedade sendo que para uma parcela da população a TV é a principal fonte de informação? (MACHADO, 2000). Como o jornalismo atua na fiscalização, veiculação, crítica e análise do sistema político?

Sob que aspectos a RPCTV, nos telejornais Paraná TV, primeira e segunda edição, abordaram o escândalo e quais os elementos que, dentro das matérias da série, de alguma maneira aparecem na discussão sobre escândalo político? Apesar de normalmente o material jornalístico ser o mesmo em ambas as edições, as duas são analisadas já que contêm reportagens especiais da série diferentes e trazem informações relevantes para o estudo.

Para tanto, parte-se das seguintes hipóteses: através da análise das reportagens da Série, é possível constatar que a sua finalidade era mostrar o papel do jornalismo como fiscalizador do sistema político e agendar o assunto para a

sociedade; a transmissão da Série aparece como merchandising da RPCTV; a divulgação da Série é um exemplo de escândalo político midiático.

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e quantitativa, sendo assim, foi realizado um estudo de caso com base na teoria de escândalo político de Thompson, e feita uma análise nas reportagens transmitidas entre os dias 15 e 26 de Março de 2010, (reportagens especiais da série) e até 10 de Maio (reportagens com denúncias e consequências), através da *análise de conteúdo*.

O primeiro capítulo aborda o conceito da televisão e do jornalismo como fiscalizador do sistema político e os temas telejornalismo, agendamento e jornalismo investigativo. Como autores principais aparecem Wolton (1996), Rezende (2000), Felisbela Lopes (1999), Szpacenkopf (2003), Marcondes Filho (1988), Lippmann (2008), Colling (2001).

No segundo capítulo, é apresentada a Teoria do escândalo político, sob a visão de Thompson (2002) e Vera Chaia (2004) e exemplos de escândalos políticos midiáticos. Os conceitos de Thompson são abordados nesse trabalho para embasar o caso “Diários Secretos” como um escândalo político mediático, já que o termo escândalo é entendido pelo autor como revelação, através da mídia, de algum ato ou procedimento, que estavam antes ocultos e implicavam em transgressões a normas e leis.

A descrição da série Diários Secretos, a repercussão da denúncia, os principais envolvidos e as manifestações públicas aparecem no terceiro capítulo, abordando o caso e pontuando alguns fatos relevantes do escândalo.

No quarto capítulo aparece a metodologia utilizada, com o conceito de estudo de caso (Robert Yin, 2001) e análise de conteúdo (Bardin, 1994). Além dos conceitos, é abordado o caminho metodológico e a constituição do corpus, com a análise das reportagens televisivas da série.

Finalmente são apresentados os resultados e considerações finais de análise.

## 2 A TELEVISÃO BRASILEIRA

Trazida por Assis Chateaubriand, na década de 1950, como uma iniciativa privada e seguindo o modelo norte-americano, a televisão brasileira também apresenta pontos comuns com a europeia, de serviço público. Mesmo sendo uma televisão privada, acaba por obedecer às limitações dos serviços públicos, já que apresenta uma importância social, cultural e política. “Nela encontramos, com efeito, o sucesso e o papel nacional de uma grande televisão, assistida por todos os meios sociais, e que pela diversidade de seus programas constitui um poderoso fator de integração social.” (WOLTON, 1996, p. 153). De acordo com Oliveira Sobrinho (2011, p. 189) “o modelo de negócio da televisão brasileira é único. Difere do modelo norte-americano, embora ambos tenham a mesma origem: o rádio”.

Ainda segundo o autor (2011, p.189):

Ao ser inaugurada, em Setembro de 1950, a televisão seguiu o modelo de transmissões locais, não só pela ausência de meios técnicos de retransmissão e também pela inexistência de meios de gravação, tais como o *videotape*, mas basicamente, por ter herdado a cultura do rádio. Mesmo depois do advento das gravações de vídeo, houve resistência à montagem das redes, em razão de pouca percepção do mercado e de interesses políticos e econômicos locais. O espaço publicitário era comercializado pelas emissoras ou por meio de representantes.

A televisão, segundo Fernandes (2005), por ser uma concessão pública, caracteriza-se como atividade pública, e como tal, implica regulamentação, fiscalização e controle de seus serviços.

As normas previstas na Constituição apresentam objetivos a serem cumpridos pelas emissoras de radiodifusão e traduzem a relevância das atividades de televisão aberta para a sociedade brasileira.

Para Fernandes (2005) “as emissoras, sejam privadas, sejam públicas ou estatais, estão obrigadas a atender interesses da coletividade na prestação do serviço de televisão e, especialmente, a respeitar o direito da população a uma programação de qualidade cultural, artística, educativa e informativa.”.

O autor diz que, a Constituição brasileira elimina qualquer dúvida quanto à natureza da atividade de televisão aberta ao considerar o serviço de radiodifusão

sonora e de sons e imagens como serviços públicos e não meras atividades econômicas. Primeiro pelo fato de o espectro eletromagnético, por onde trafegam as ondas radioelétricas, ser bem natural e limitado. Segundo pela importância dos serviços de radiodifusão para a veiculação de informação e cultura na sociedade contemporânea.

O art. 221 da Constituição Federal de 1988 diz que:

a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

De acordo com a Constituição, o Poder Executivo é o órgão competente para realizar a outorga ou renovação de concessão dos serviços de televisão, assim como, a Anatel, é responsável por regulamentar as questões técnicas de distribuição de canais e tecnológicas relacionadas à programação televisiva. (artigo 221 da Lei 9.472/97).

Segundo art. 223 da CF/88: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.”.

Sendo assim, o ato de outorga ou renovação da concessão é realizado pelo Presidente da República, que deve submeter o ato ao Congresso Nacional para deliberação, que poderá ser de até 10 anos para rádio e 15 anos para televisão, não havendo proibição de renovação de concessão, após o término dos prazos.

Wolton (1996) distingue quatro fases da televisão: a elitista, a da decolagem, a do triunfo tecnológico e a da expansão internacional. A fase elitista, de 1955 a 1964, atingia um meio restrito. Apesar dos programas serem populares, as elites eram as únicas a dispor de meios financeiros para se equipar, já que os aparelhos eram caros. “A televisão era um tipo de espetáculo” (WOLTON, p.154) e assumia uma função de laço social, já que os programas eram narrados pelos telespectadores para aqueles que não tinham acesso ao meio.

O mapa de expansão das emissoras de TV no país mostra que, entre os anos 50 e 60, os novos investimentos surgiam, preferencialmente nas capitais. Não só pela importância política mas também porque eram as cidades que aglomeravam mais gente, tinham um comércio forte e um maior número de empresas com capacidade de anunciar e tornar o negócio viável. (DALPÍCOLO, 2010, p. 96).

De 1964 a 1975, foi a fase de decolagem da televisão tanto para o Brasil como para alguns países da Europa. Naquela época, as classes C e D começam a ter acesso à televisão. Em 1965, a Globo é criada com base no modelo americano e desde então a televisão brasileira é dominada por essa rede, pois mesmo com a criação de outros canais privados e públicos, sua hegemonia não foi abalada.

A televisão resultou, ao mesmo tempo, num instrumento de propaganda política, de influência mais limitada do que pensavam os militares e também num instrumento de modernização, de identidade nacional, de abertura cultural. Se, por um lado, as autoridades militares, por meio do regime de “concessão”, imitado do modelo norte-americano – e, portanto, aberto a pressões -, controlavam a infra-estrutura, por outro lado não controlavam o conteúdo dos programas, com exceção da informação. E menos ainda a recepção. (WOLTON, 1996, p.154).

Sobre a dimensão da TV no cenário nacional, Becker (2005, p.17) comenta que

na década de 1970, por exemplo, foi claramente um instrumento político-ideológico importante no fortalecimento do Estado-nação. O primeiro jornal transmitido em Rede, em 1969, funcionou como um instrumento de integração do País, marcado pelo interesse da ordem nacional, negociado entre os principais representantes do poder. (BECKER, 2005, p.17).

O triunfo tecnológico ocorreu entre 1975 e 1988. Nesta fase, a televisão já estava presente em quase todo o país. Há o desenvolvimento da televisão educativa, início da exportação de programas, da autoconfiança. Ao contrário da televisão privada, em pleno desenvolvimento, financiada pela publicidade, a televisão pública continuava minoritária, como é até hoje.

A partir de 1988, inicia-se a fase de expansão internacional, em que as telenovelas tornam-se produto de exportação e a volta da democracia devolve o Brasil a si mesmo.

Na primeira metade dos anos 90, a implantação da TV por assinatura diversificou o telejornalismo e a programação. A segmentação de mercado provocou novas possibilidades de produção. Nas TVs abertas os noticiários ganharam mais espaço. As emissoras lançaram profissionais e apresentadores. Competiram pela audiência e pela credibilidade, como ainda hoje o fazem. Na segunda metade da década de 1990, a disputa entre os noticiários da TV aberta foi menos acirrada. Os telejornais começaram a receber influências das tecnologias digitais, que deverão promover mudanças significativas no modo de produção e recepção das notícias, ainda que não provoquem alterações nos conteúdos da programação. (BECKER, 2005, p.18).

Ainda segundo a autora (2005), hoje a TV oferece programas diferenciados para tentar conquistar audiência, porém, as novas tecnologias como a TV por assinatura e a Internet podem fazer com que os índices de audiência caiam.

Apesar de ser um poderoso meio de informação, a TV nem sempre consegue assumir totalmente, através daquilo que transmite, uma função informativa. Segundo Felisbela Lopes (1999), nas estações privadas algumas falhas acabam por ser aceitas, já que a busca por audiência e publicidade são indispensáveis para sua sobrevivência, porém, isso não é aceitável nos operadores públicos. Apesar da influência dos meios de comunicação ser considerável, e a cada dia ter um crescimento dos críticos que relembram seus malefícios, é necessário que se encontre novas formas de acompanhamentos desses veículos, principalmente daqueles que fazem um serviço público. Segundo Alarcon (2005), serviço público é “toda a atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade fruível preponderantemente pelos administradores, prestada pela Administração Pública ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público, instituído em favor de interesses definidos como próprios pelo ordenamento jurídico.”

No que diz respeito à televisão, vários autores alertaram para o perigo de sua influência, como Chomsky e Edward Herman (1990), Dominique Wolton (1992) citados por Lopes (1999). “Vivemos atualmente um paradoxo:...nunca como hoje foram tão sofisticados os métodos de análise de audiências e, no entanto, nunca como hoje tivemos uma televisão tão má!” (WOLTON, apud Lopes, 1999, p. 71).

Pierre Bourdieu, também crítico da televisão, garante que não se pode dizer grande coisa na televisão, pois a informação transmitida por ela é “aproximadamente nada”, mas apesar disso, reconhece-lhe “capacidade para impor princípios de visão

do mundo, óculos que fazem com que as pessoas vejam o mundo segundo certas divisões”. (LOPES, 1999, p. 52).

Lopes (1999, p.52) comenta que a televisão “assume-se como um media, se não onipotente, pelo menos onipresente, permitindo às pessoas sair do seu isolamento para partilhar um determinado conhecimento: aquele que é proporcionado por determinada emissão”. Sendo assim, tudo que é transmitido na televisão passa a ser de interesse e ganha maior credibilidade, a partir do momento em que constrói uma realidade, criando narrativas.

Arnaud Mercier, citado por Lopes (1999, p. 152),

adota o mesmo pessimismo afirmando que a perspectiva cultural do noticiário televisivo cedeu lugar a uma emissão que apenas se preocupa em espantar e emocionar o telespectador. Os discursos mais pessimistas a cerca da evolução da televisão chamam ainda a atenção para o crescente protagonismo do cidadão comum sobre os conteúdos televisivos, argumentando que, com esta nova forma de fazer televisão, quem comanda aquilo que vê é o telespectador, podendo a sua satisfação sobrepor-se àquilo que é encarado como “interesse público”, mas que não corresponde efetivamente ao “interesse do público”. (LOPES, 1999, p. 152).

Diferentemente dos críticos acima, e com a intenção de modernizar conceitos sobre a televisão, se faz necessário abordar outros autores com uma nova visão do meio. Durante muito tempo, os teóricos de comunicação fizeram a sociedade encarar a televisão como um meio popular, de massa, e impediram que certas experiências culturais singulares e fundamentais fossem deixadas de lado.

Assim, conforme o posicionamento desses teóricos, a impressão que se tem da televisão é que não existe nada além do trivial. Para o autor, o problema é que se conhece pouco do que foi produzido pela televisão nos seus mais de cinquenta anos, e, a maioria das pessoas que escreve sobre televisão conhece pouco, em termos de qualidade e extensão de experiências.

Segundo essa concepção, o que importa não é o que acontece de fato na tela, mas o sistema político, econômico e tecnológico no qual se forjam as regras de produção e as condições de recepção. Eis porque as atenções quase nunca se voltam para o conjunto dos trabalhos audiovisuais que a televisão efetivamente produz e a que os espectadores efetivamente assistem, mas a estrutura genérica do meio, entendida como tecnologia de difusão, empreendimento mercadológico, sistema de controle político-social, sustentáculo do regime econômico, máquina de moldar o imaginário e assim por diante. (MACHADO, 2000, p.16)

Arlindo Machado (2000, p.09) acredita que é um duplo equívoco dizer que na televisão só existe banalidade, já que “o fenômeno da banalização é resultado de uma apropriação industrial da cultura e pode ser hoje estendido a toda e qualquer forma de produção intelectual do homem”.

Machado (2000, p.13) comenta ainda que “televisão é e será aquilo que nós fizermos dela”, já que é possível escolher o que se quer ver, sendo que cada escolha implica uma interpretação, discussão ou rejeição. Segundo o autor, “tudo é uma questão de enfoque”, e é preciso prestar atenção nas possibilidades expressivas do meio e não somente nas suas formas mais baixas.

Becker (2005) propõe uma reflexão crítica sobre os conceitos de telejornalismo e televisão de qualidade, sendo que o primeiro está inserido nas discussões e análises sobre as produções televisivas de diferentes gêneros, interessadas em observar os programas como expressões políticas e culturais da atualidade. Segundo a autora (2005, p.56):

a televisão de qualidade é aquela que se torna parte da conversação pública cotidiana, como uma referência de novos conhecimentos e percepções, já que o audiovisual deve servir para conectar-se com as pessoas, criando uma relação enriquecedora com a vida cotidiana, expressa por produzir programas inovadores, universais, experimentais e ousados. (BECKER, 2005, p.56)

Porém, ela comenta que este conceito ainda não está muito claro e demanda novas investigações.

## 2.1 A TELEVISÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Considerada ainda hoje o principal veículo de comunicação, a televisão é utilizada pelos detentores do poder para levar a todos suas opiniões, ideias e valores. Essa disseminação de informações é feita durante toda a grade de programação das emissoras, aparecendo principalmente nos telejornais. (LOPES, 1999).

No caso do escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná, o telejornalismo local, além de agendar o debate político, se transformou em um dos

principais atores do episódio, denunciando os deputados, mobilizando a opinião pública e assumindo o papel de vigia e fiscalizador do sistema político.

Apesar da primeira emissora de televisão ter sido inaugurada em 18 de setembro de 1950, a TV Tupi Difusora, em São Paulo, outros estados tiveram concessões antes que a televisão chegasse ao Paraná. Segundo Dalpícolo (2010), em Curitiba ela foi vista pela primeira vez em 17 de julho de 1954, numa exibição de circuito fechado. “As imagens, geradas por câmeras instaladas num estúdio improvisado, no auditório do Centro Cultural Brasil Estados Unidos, descia sete andares, por cabo, até a parte externa do Edifício Moreira Garcez, e era vista em dois televisores instalados na esquina, bem no centro da cidade.” (DALPÍCOLO, 2010, p.20). Com equipamentos e artistas vindos de São Paulo, foi montado um show para comemoração à data.

Essas primeiras imagens foram o resultado de uma decisão tomada no início da década de 50, por um grupo de empresários e políticos que se associaram, com o objetivo de organizar uma empresa de televisão no Paraná. Os sócios eram Alexandre Gutierrez, Mário Hipólito César, Raul Vaz, Nagibe Chede e Gastão Chaves. A empresa foi registrada em 1953, com o nome de Rádio e Televisão do Paraná S.A. (JÚNIOR, 2001, p. 19).

Naquela época, Raul Vaz, advogado paranaense havia montado uma sociedade anônima, para vender cotas, com a intenção de montar uma emissora de televisão na capital. Nagibe Chede, um dos incorporadores da Radio Televisão Paraná e proprietário da Rádio Emissora Paranaense, havia comprado ações da empresa e contava com o apoio dos funcionários de Chateaubriand. Benjamin Malucelli, prefeito de Palmeira na época, se tornou um dos maiores acionistas da empresa.

Apesar das promessas do grupo de Chateaubriand, de que a televisão logo chegaria ao Estado, Dalpícolo (2010) comenta sobre duas versões que indicavam a demora da vinda da televisão ao Paraná. A primeira era de que a venda das ações não havia arrecadado dinheiro necessário para sua implantação e a outra era de que Assis Chateaubriand era quem dava a última palavra sobre os investimentos do grupo. Independente desses dois motivos, Nagibe Chede continuava indo atrás de informações que ajudassem na montagem da emissora, sendo que, uma viagem, em 1958, aos Estados Unidos impulsionou Chede para o nascimento da mesma.

Ainda segundo Dalpícolo (2010), com a ajuda de Olavo Bastos Freire, que segundo história não oficial, havia feito a primeira transmissão pública de TV no Brasil em setembro de 1944, em Juiz de Fora, Nagibe “começou a fazer televisão em Curitiba, em circuito fechado, de brincadeira, como ele mesmo dizia.” Após comprar um transmissor de Olavo Bastos, e adaptar uma antena num edifício, o que era brincadeira tornou-se sério. A TV começava a ser transmitida pelo ar em Curitiba, a partir do Edifício Marisa, onde já funcionava a Rádio Emissora Paranaense. Naquela época, ainda era feita a transmissão somente de imagem, sem som.

Desde seu início, a televisão conta com o apoio político para determinados interesses. À procura por conseguir uma concessão, Chede precisou contar com apoio político de Moisés Lupion, governador do Estado do Paraná, que conseguiu uma audiência com o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Através do pedido do Presidente, encaminhado ao ministro de obras públicas, Amaral Peixoto, foi designado um canal de televisão para a Sociedade Emissora Paranaense, o Canal 12.

Segundo Dalpícolo (2010), o início da transmissão em Curitiba começou com improvisos. Um musical foi transmitido ao vivo com som e imagem separados, em dois aparelhos. Finalmente em 28 de Outubro de 1960, a concessão do novo canal foi assinada. No Edifício Tijucas, às 17h, ao vivo, foi inaugurada a TV Paranaense, Canal 12. Na grade de programação, “os filmes ocupavam 70% do horário das transmissões e os programas ao vivo, os outros 30%. De segunda a sábado, a TV começava a transmitir às seis da tarde e ia até às onze horas da noite. Aos domingos, entrava no ar ao meio dia.”

O telejornalismo era feito de forma bastante simples: um apresentador lia, ao vivo, um amontoado de notícias, do mesmo jeito que era feito no rádio. A diferença era de que, agora, ele estava diante de uma câmera e, além de ser ouvido, também seria visto por quem estava em casa. De vez em quando, para quebrar a monotonia do telejornal, uma notícia era ilustrada com a imagem de um pedacinho de filme, que Renato Mazânek “tirava de alguns documentários cedidos à emissora por consulados e empresas aéreas, obviamente, sem nenhuma autorização dos autores.” (DALPÍCOLO, 2010, p. 51). Segundo Jamur Júnior (2001, p. 27), Mazânek

se transformou num dos maiores talentos da história da televisão paranaense. Por muitos anos produziu, dirigiu e formou profissionais de alto nível. “Renato era uma espécie de *fac totum*: operador de som, ator, humorista, diretor.”.

A falta de espaço físico e a procura de melhorar a qualidade dos programas fizeram com que Chede alugasse um barracão na rua Emiliano Pernetá. Assim, com espaço maior, foi possível levar ao ar a primeira novela da televisão paranaense.

Embora sem a velocidade que a injeção de maiores recursos poderia proporcionar, a TV Paranaense evoluía, lenta e gradativamente. Em 1965, a emissora entrou na era do videotape, que já era realidade em São Paulo. A primeira máquina que chegou, da marca Ampex, de origem norte-americana, ensejou um salto de qualidade na programação da emissora. (JÚNIOR, 2001, p. 51).

Dois meses após a inauguração da TV Paranaense, foi inaugurada a TV Paraná, canal 6, pertencente ao grupo dos Diários e Emissoras Associados, de Chateaubriand, em 19 de Dezembro de 1960, sob incumbência de Adherbal Stresser de materializar a emissora.

No canal 6, o telejornalismo seguia o modelo do rádio, porém com alguns avanços. Havia uma unidade móvel, que tinha câmeras e link para entrada ao vivo, permitindo o uso de imagens externas no noticiário. Além disso, a nova emissora tinha por objetivo liderar a audiência local.

O comportamento do mercado publicitário foi modificado pela televisão, e esta por sua vez teve influência também nas campanhas eleitorais. Após diversas disputas entre as duas emissoras, chega a vez da disputa política.

Na eleição para a escolha do sucessor de Ney Braga no governo do Estado, 1965, tanto o Canal 6 quanto o Canal 12 tomaram partido. O candidato da oposição, Bento Munhoz da Rocha, amigo de Adherbal Stresser, foi apoiado pelos dois veículos do grupo, a TV Paraná e o Diário do Paraná. O adversário dele na eleição, Paulo Pimentel, ex-secretário de agricultura do então governador Ney Braga, foi apoiado pelo Canal 12, de Nagibe Chede. No entanto, isso não impedia que o candidato participasse de programas na emissora simpática ao seu adversário. Na época, ainda não havia o horário de propaganda política na TV, nem mesmo uma legislação que regulamentasse a presença dos candidatos no vídeo. Ou seja, tudo era permitido. (DALPÍCOLO, 2010, p. 67).

Na época não havia como quantificar o peso de um telejornal local numa campanha política, porém, a eleição foi apertada e Paulo Pimentel derrotou Bento Munhoz da Rocha por uma diferença de 59.689 votos.

Ao completar seis anos, em 29 de Outubro de 1966, o Paraná teve a primeira transmissão em cores, mostradas pelo Canal 12, em circuito fechado, com equipamentos emprestados da TV Excelsior, de São Paulo. Naquele mesmo ano, Roberto Marinho montava a TV Globo no Rio de Janeiro e a TV Paranaense começava a exibir os primeiros programas produzidos pela Rede Globo.

Segundo Dalpícolo (2010), a entrada de Paulo Pimentel nos negócios de comunicação fez com que as relações entre política, jornais e televisão ficassem explícitas. “Pimentel era secretário de agricultura do então governador Ney Braga, quando começou a montar um dos maiores grupos de comunicação do estado. Ele sempre assumiu que as empresas surgiram em função da atividade política que exercia.” (2010, p. 91).

Em 1962, Pimentel comprou a Editora O Estado do Paraná e os jornais O Estado do Paraná e a Tribuna, o que lhe deu suporte à campanha vitoriosa ao governo.

Em 28 de dezembro de 1967, entrou no ar a TV Iguaçu, Canal 4. De acordo com Júnior (2001, p. 55), a audiência de televisão em Curitiba migrou em grande parte para a nova emissora, “que chegou com equipamentos de última geração, operado em prédio especialmente projetado para TV e com uma equipe disposta a garantir o primeiro lugar entre as três.”. Sua chegada fez com que saísse dos bastidores a ajuda política para obtenção de concessões ou apoio à campanha de candidatos.

Os trâmites legais seguiram o caminho de sempre, com a ajuda de políticos, como Aylon de Souza Naves, um paranaense que dirigia o Banco do Brasil. Foi ele quem recebeu e encaminhou o pedido de concessão, depois que o General Ítalo Conti havia antecipado ao amigo Paulo Pimentel uma informação privilegiada: a de que o Paraná ganharia mais um canal de TV. (DALPICOLO, 2010, p. 92).

O Canal 4 entrou com a programação da TV Record, de São Paulo e inovou no jornalismo com O Show de Jornal, mostrando as notícias com uma linguagem descontraída e fazendo da apresentação um show a parte. A equipe de jornalismo

queria levar ao ar um noticiário que tivesse informação com crítica e bom humor. A ideia funcionou bem, principalmente durante a ditadura militar, época em que era preciso driblar a censura. O telejornal conquistou o público e teve altos índices de audiência.

O impacto da perda da programação do Canal 12, fez com que Nagibe Chede, pioneiro da televisão do Paraná, vendesse a emissora para um grupo formado por Adolfo de Oliveira Franco Filho, Edmundo Lemansky e Francisco Cunha Pereira Filho. (JÚNIOR, 2001, p. 55).

Em 21 de setembro de 1963, foi inaugurada a TV Coroados, em Londrina. Wilson Moreira, comerciante na época, revendeu aparelhos comprados em São Paulo e mais tarde entrou na vida pública, sendo eleito prefeito de Londrina. Acabou perdendo o cargo para Antonio Belinati, que ficou conhecido do público ao apresentar desde a estreia, o noticiário Telenotícias Transparaná, o principal da emissora.

Segundo Dalpícolo (2010), Paulo Pimentel inaugurou em Apucarana a TV Tibagi, em 27 de julho de 1969, porém, mantinha certo distanciamento da emissora, e isso colocava Nacib Jabur como o responsável pela TV. A Tibagi é até hoje a emissora com maior área de cobertura do estado, e sua expansão, no passado, pelo interior fez bem à imagem de Paulo Pimentel.

A formação das grandes redes de televisão no Brasil, com programas gerados em São Paulo e Rio de Janeiro, primeiro transmitidos via Embratel, depois por satélite, mudou a história da televisão no Paraná. Com pequenos espaços destinados a programas locais, fora dos horários nobres, a televisão regional perdeu a intimidade com seu público. Na virada do milênio, o que se vê na televisão regional é uma verdadeira invasão de políticos, alguns vestidos de repórteres policiais e pastores evangélicos, ocupando os espaços que antes eram privilégio dos talentos artísticos que fizeram a história da televisão no Paraná. (JÚNIOR, 2001, p. 155).

## 2.2 FUNÇÕES E DESEMPENHO DO TELEJORNALISMO

Dentre os gêneros televisuais mais conhecidos, Machado (2000) acredita que o telejornal seja o tópico mais difícil de abordar, pelo fato das discussões serem permanentes a seu respeito, seja por problemas éticos, interpretações de notícias ou por questões relacionadas às empresas e profissionais ao reportarem as notícias.

Segundo o autor essa discussão é inevitável “se entendermos o jornalismo, dentro ou fora da televisão, como uma instituição de mediação simbólica entre determinados eventos e um público de leitores ou espectadores para quem esses eventos podem ser considerados relevantes.” (2000, p. 99).

Para Becker (2005, p.09) “os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira.”.

Acreditar que a imprensa por si só é todo-poderosa, capaz de ser responsável por grandes mudanças na sociedade, pode ser um equívoco. Marcondes Filho (1988, p.85) comenta que essa interpretação é incorreta, primeiro por acreditar que os receptores não são tão passivos como se pensa, sendo que, para ele, a massa avalia, julga e age politicamente, mesmo que seja para eleger um mau governante. Segundo, que “um poderoso jornal, uma emissora de TV, uma grande editora, geralmente não estão sozinhos em suas lutas políticas e ideológicas”. Para o autor, a imprensa está unida a outras grandes forças sociais e seu poder não funciona sozinho, porém, afirma que de uma forma indireta, mas efetiva, a TV faz política.

Arlindo Machado (2000) segue essa mesma linha de pensamento, ao afirmar que o principal problema com relação às abordagens tradicionais do telejornal é que elas se restringem apenas à análise de conteúdo.

O equívoco principal desse tipo de abordagem está em pressupor que os telespectadores são ingênuos a ponto de repetir de forma acrítica a “intenção”, o *parti pris* da empresa ou da equipe que faz o telejornal. Um mesmo telejornal pode ser “lido” diferentemente por diversas comunidades de telespectadores, em função de seus valores, ideologias e estratégias perceptivas ou cognitivas. Por mais fechado que seja um telejornal, há sempre ambiguidade suficiente em sua forma significativa, a ponto de interditar qualquer “leitura” simples e unívoca, e há também autonomia suficiente, por parte do telespectador, de modo a permitir que ele faça uma triagem do que lhe é despejado no fluxo televisual. (MACHADO, p.100).

Muitos autores consideram que o controle dos meios de comunicação é a mais importante fonte de poder da sociedade moderna. Segundo Kunczik (1997, p. 89), “os meios de comunicação de massa são considerados a base de um poder de persuasão capaz de difundir uma interpretação da realidade com uma qualidade diferenciada própria.”.

Diferentemente dos veículos impressos, o rádio e a TV têm a capacidade de serem imediatos, podendo noticiar os fatos no mesmo tempo em que ocorrem eliminando o intervalo entre acontecimento e divulgação pela mídia. No entanto, segundo Rezende (2000), perdem esse privilégio ao passo que os jornais e revistas podem se aprimorar, aprofundar a divulgação e análise do fato. Enquanto os veículos eletrônicos informam com o imediatismo, os impressos dispõem de tempo e espaço para aprofundamento do acontecimento.

Para Machado (2000, p.104), “num telejornal, diferente de um jornal impresso, uma mesma notícia é construída de forma mais complexa, envolvendo vários enunciadores, diferentes entonações e múltiplos níveis de dramaticidade”. Ele é composto de diferentes fontes de imagem e som.

O jornalismo na televisão sofre com a limitação de tempo, principalmente os telejornais do horário nobre, ao terem de divulgar o maior número de notícias no menor tempo possível, o que reduz consideravelmente o vocabulário utilizado e aparecem as repetições linguísticas. “O tempo! Se tivéssemos tempo, poderíamos explicar o mundo”, escreve Gerárd Leblanc (apud LOPES, 1999, p.128) num livro dedicado aos noticiários televisivos. Para Szpacenkopf (2003, p. 165), “o telejornal é um espetáculo constituído de informações “perecíveis”, já que toda notícia pressupõe uma luta contra o tempo para não se tornar obsoleta, velha e sem valor mercadológico”.

O telejornalismo acaba cumprindo uma função social e política ao atingir um público pouco habituado à leitura e desinteressado pela notícia, que no horário nobre acaba por vê-la enquanto espera a novela. O telejornalismo, segundo a autora, torna-se cada vez mais importante a ponto de representar a principal forma de democratizar a informação. Apesar disso, é preciso levar em consideração que por trás das estações de TV existem corporações que a controlam e que são mais

motivadas por interesses econômicos e políticos do que pelas camadas populares da audiência.

Pela abrangência de público e classes sociais distintas, a linguagem e a programação televisiva se adequam na forma e no conteúdo ao perfil de público a que se dirigem, sendo que o formato espetacular é o que prende atenção das pessoas. Segundo Rezende (2000, p.25), “o espetáculo destina-se à contemplação, combinando, na produção telejornalística, uma forma que privilegia o aproveitamento de imagens atraentes com um conjunto de notícias constituído essencialmente de *fait divers*”, ou seja, fatos diversos. De acordo com Szpacenkopf (2003, p. 175), “o telejornal é um espetáculo que informa, diverte, alerta uma audiência que precisa ser agradada e mantida fiel”.

Aquilo que é passado no telejornal vira um espetáculo aos olhos do telespectador, já que as imagens, após serem editadas, mostram uma realidade mais real daquela que veio o fato em si. E é tudo feito de propósito, com o intuito de chamar e prender a atenção das pessoas. A imagem, neste meio, é o que há de mais importante, o que passa credibilidade, pois o telespectador acredita e se convence mais através do que vê. Felisbela Lopes (1999, p.76) comenta que:

Obrigado a ilustrar aquilo que noticia com imagens, o repórter nem sempre consegue os melhores planos do acontecimento, pondo, por vezes, no ar, imagens verossímeis, afastadas da verdade. E aí está a imagem a emprestar à televisão um efeito do real que não passa, paradoxalmente, de uma ficção. Cumpre-se, assim, a ilusão de que ver é compreender. Não vi, logo não existe. (LOPES, 1999, P.76).

Somma (2009) comenta que o modelo adotado pelo telejornalismo trata a informação de acordo com as leis de mercado e do espetáculo, em que tudo vira um show de imagens. “Na realidade produzida pelo telejornalismo tudo é rápido e superficial, o que resulta numa falsa impressão de recepção de informações.” (2009, p. 27). Sobre as informações televisivas Felisbela Lopes (1999, p.84) comenta:

A encenação que rodeia o dispositivo audiovisual, a baixa produtividade informativa imposta pelas imagens, a manipulação das notícias e a escassez de temas tratados levam-nos a concluir que a informação televisiva, mais do que um momento de informação, incute no cidadão a ilusão de estar informado. Esta ilusão acentua-se nos telejornais, um espaço informativo com um tempo e onde se espera incluir o maior número possível de acontecimentos. Segundo Jean Cluzel (1993:30) “o telejornal submete-se a uma regra que contradiz as exigências de uma informação

feita com alguma profundidade. Essa regra obriga a dar prioridade ao espetáculo, privilegiando aquilo que é visível em relação àquilo que permanece invisível, ou seja, àquilo que é mais importante e mais real.” (LOPES, 1999, p.84).

Ocupando o horário nobre da televisão, a informação trazida pelo telejornal aparece como a coluna vertebral da programação. “Situando-se sempre em momentos de grande audiência, os telejornais, ao contrário de outros programas, impõem os seus horários e assumem prioridade relativamente aos outros conteúdos.” (LOPES, 1999, p. 74).

Porém, segundo Machado (2000, p.102), é importante que o telejornal seja encarado como um efeito de mediação, antes de ser somente um dispositivo de reflexão de eventos, de natureza espetacular, pois, “os eventos surgem para nós, espectadores, mediados através de repórteres, porta-vozes, testemunhas oculares e toda uma multidão de sujeitos falantes considerados competentes para construir “versões” do que acontece.”.

Celebrían Herreros, citado por Lopes (1999), num livro dedicado à informação televisiva, afirma que “os telejornais ganharam uma autonomia tal que podem ser considerados os eixos ao redor dos quais gira toda a programação. Aparecem sempre à mesma hora. E isso está tão absorvido pelos telespectadores que um atraso ou adiantamento na sua difusão provoca surpresa”. Herreros ainda comenta sobre a importância da qualidade do jornalismo, destacando o contraste de fontes, imparcialidade das opiniões e diversidade dos conteúdos informativos, para que se consiga atingir os diversos públicos que compõem a sociedade.

No meio do jornalismo sensacionalista, o que se espera de um jornalista é que a informação seja passada de forma verdadeira e simples, o que torna necessário que haja certo distanciamento na construção da notícia.

Uma posição distanciada em relação aos acontecimentos torna-se, então, indispensável para quem toma a exatidão do seu trabalho como regra inviolável. Do trabalho do jornalista deve sobressair o esforço para dela se aproximar, mesmo sabendo que o resultado daquilo que faz é uma construção, produto de uma certa subjetividade. (LOPES, 1999, p. 53).

Machado (2000, p. 111) comenta que o fluxo telejornalístico inteiro não passa de outra coisa que uma sucessão de versões do mesmo acontecimento, e que “a

questão da *verdade* está portanto, afastada do sistema significativo do telejornal, pois, a rigor, não é com a verdade que ele trabalha, mas com a *enunciação* de cada porta-voz sobre os eventos”.

Porém, o problema é que o telejornalismo “é um gênero de televisão que transmite algo muito diferente do que a priori se propõe. Onde deveria haver informação, há encenação; onde deveria haver crítica, há bagatelização; onde deveria haver utilidade pública, há comércio.” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 59).

Talvez, o principal problema com relação à compreensão do telejornal seja o pressuposto bastante generalizado de que a função básica desse gênero televisual é *informar* sobre o que está acontecendo. A maioria do público “voluntário” vai ao telejornal para saber o que está acontecendo nas mais diversas áreas. Mas ao colocar em circulação e em confronto as vozes que “relatam” ou “explicam” um conflito, ao tentar encaixar as vozes umas “dentro” das outras, o que faz mais exatamente o telejornal é produzir uma certa desmontagem dos discursos a respeito dos acontecimentos. O telejornal é uma colagem de depoimentos e fontes numa sequência sintagmática, mas essa colagem jamais chega a constituir um discurso suficientemente unitário, lógico ou organizado a ponto de ser considerado “legível” com alguma coisa “verdadeira” ou “falsa”. As informações constituem antes de mais nada, um processo em andamento. (MACHADO, 2000, p.110)

Becker (2005) comenta que os telejornais vendem credibilidade, e ao representar os fatos sociais, constituem a realidade social e intervêm na expressão das identidades nacionais. Segundo a autora (2005, p.55),

cada edição é uma versão da realidade social cotidiana. Por isso, é mais interessante, neste campo de investigação, perceber como estes discursos se constroem, se estruturam, produzem significações, até mesmo para denunciar ou relativizar os seus poderes; e não exatamente discutir se são verdadeiros ou falsos. (BECKER, 2005,p.55).

Para Felisbela (1999), no telejornal também há espaço para momentos puramente explicativos, embora alguns investigadores que estudam a televisão não lhe reconheçam grande capacidade para a exibição dos fatos. Marcondes Filho (1988, p. 54) diz que “ninguém se informa seriamente de nada; só se tem a impressão de ficar informado.” Já, Pierre Bourdieu (1997, p. 40) defende que a TV apenas tem espaço para os “fast thinkers”, ou seja, para aqueles que “pensam por ideias feitas”, proporcionando uma informação nula. Arlindo Machado (2000, p.127), critica abertamente Bourdieu por seu posicionamento. Diz que: “em seu desastroso

livro sobre televisão, vem a afirmar, por sua vez, que a televisão não favorece o pensamento, porque ela é construída sob o signo da urgência, da velocidade e da simultaneidade do tempo presente.”.

Além disso, a recepção das informações depende da bagagem cultural de cada telespectador. “Convém lembrar que a informação não é difundida apenas para ser recebida, mas também para ser interpretada e que, por ser “altamente deteriorável”, a reportagem televisiva exige alguma reflexão.” (LOPES, 1999, p.90). Para Becker (2005, p.56), “o telejornal ordena e sistematiza o real, mas, ao mesmo tempo, é um texto aberto à interpretação do telespectador e do pesquisador.”.

Segundo Marcondes Filho (1988), o telejornal recolhe as notícias da realidade e cria uma nova realidade, extraíndo somente aquilo que lhe interessa. Algo decisivo, segundo Lopes (1999, p. 56) “é a política das emissoras de TV, que pode modelar a realidade externa segundo seus interesses, fazendo pequenos incidentes grandes fatos nacionais e menosprezando fatos importantes, se eles não interessarem a elas”. Em televisão a informação é essencialmente veiculada através da narrativa visual. A sua força reside não naquilo que o jornalista diz, mas naquilo que ele mostra.

Para a autora (1999, p.70), se o modelo de “agenda-setting” for privilegiado, os conteúdos informativos expostos na televisão adquirem uma importância acrescida. “Segundo este modelo, os meios de comunicação social, ao chamarem a atenção para certos fatos, hierarquizam os problemas e condicionam a percepção que os indivíduos têm das questões da atualidade.”

### 2.2.1 Agendamento

Inspirados por Walter Lippmann, McCombs e Shaw são apontados como fundadores das pesquisas que apresentam a evolução dos estudos do agenda-setting. Felipe Pena (2007) comenta que o conceito de agendamento já teria sido antecipado por Lippmann em cinquenta anos antes de surgir a teoria, quando sugeriu uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública. Na teoria do agendamento, a função dos meios de comunicação de massa, como mediadores, seria a de determinar a agenda pública, entendida como o conjunto de temas

discutidos socialmente. Para seus autores, a importância desses meios na formação da agenda pública se dá pela importância dos meios como fonte de informação política.

Lippmann (2008) em seu livro *Opinião Pública* intitula o primeiro capítulo de “O mundo lá fora e as imagens em nossas cabeças” tendo como tese o fato da mídia ser a ponte até nossas mentes em termos de informação. “Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente.” (2008, p. 22). Segundo Pena (2007, p.142),

Lippmann mostra que a mídia é a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos em nossa mente...a imprensa funciona como agente modeladora do conhecimento, usando os estereótipos como forma simplificada e distorcida de entender a realidade. (PENA, 2007, p.142).

No artigo “Agenda-setting e *framing*: reafirmando os efeitos limitados”, Leandro Colling (2001) destaca pontos que Lippmann e Bernard Cohen escrevem sobre mídia e imprensa. Para Lippmann, os meios informativos dizem quais são os assuntos mais importantes que estão ao redor do público. Seguindo a mesma ideia, Cohen (1963), em “The Press and Foreign Policy”, escreve que a imprensa, apesar de não conseguir dizer às pessoas como elas devem pensar, tem capacidade de dizer aos leitores sobre o que pensar.

Segundo Colling (2001, p. 89), em 1972 McCombs e Shaw publicam artigo provando o que Lippmann e Cohen já haviam escrito. Através de pesquisa realizada em 1968, na Carolina do Norte, em época eleitoral, foram aplicados questionários com eleitores indecisos em votar nos candidatos a presidência dos Estados Unidos. Realizada a pesquisa, ficou constatado que além da mídia influenciar significativamente o eleitor, ela acabou por influenciar os candidatos, que incluíram em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam em suas preocupações.

Além disso, em entrevista concedida à Revista Intercom (2008, p.206), Maxwell McCombs, diz que ele e Shaw identificaram em Chapell Hill, na Carolina do Norte, que “o ranking de informações importantes classificadas pela mídia

correspondeu quase perfeitamente àquilo que foi dito pela agenda pública como sendo os assuntos mais importantes”.

Perguntado sobre quais seriam os efeitos mais evidentes que podem ser percebidos no agendamento, McCombs indica os atributos como condições contingenciais para os efeitos, sendo que aquilo que a agenda midiática informa termina influenciando a agenda pública.

Para o entrevistado, como condições contingenciais que tornam razoavelmente homogêneos a manifestação e os efeitos do agendamento ocorrem uma “necessidade de orientação do indivíduo, a organização que detém a mídia e a relativa influência dos jornais e da televisão” (2008, p.207).

A necessidade de orientação é quando as pessoas estão com a notícia e têm necessidade natural de informação. Essa necessidade consiste em dois componentes que são a relevância e a certeza. Segundo McCombs, se a pessoa não considera um tópico relevante, não precisa de orientação, logo, ela pode não considerar uma notícia interessante por não ter essa necessidade e não dá muita atenção ao que está sendo noticiado. Porém, se o tópico é relevante e a pessoa sabe pouco a seu respeito, existe uma necessidade maior de orientação. Sendo assim,

quanto maior a necessidade por orientação, mais forte é o efeito do agenda-setting. O efeito do agendamento não diz respeito simplesmente à exposição. Porém, diferentes pessoas com o mesmo nível de exposição podem demonstrar efeitos muito diferentes, dependendo do seu nível de necessidade de orientação. (REVISTA INTERCOM, 2008, p.208).

Reforçando o estudo acima, Felipe Pena (2007, p.142) coloca que “a teoria do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas.” Sendo assim, é possível perceber que aquilo que é conversado pelas pessoas, foi pautado pela mídia.

Segundo o autor (2007), o *agenda-setting*, como é chamado nos Estados Unidos, surge no começo dos anos 1970 como uma reação à teoria dos efeitos

limitados, representando a insatisfação de pesquisadores em comunicação que tinham experiências práticas em redações.

Colling (2001, p. 89) complementa que “as hipóteses do *agenda-setting* fazem parte dos estudos norte-americanos em comunicação, pertencentes ao paradigma funcionalista, que reúne pesquisas preocupadas em analisar e detectar as funções dos meios e os efeitos causados sobre a audiência.”.

O modelo dos efeitos limitados foi criado por Lazarsfeld num estudo sobre influência da mídia no voto dos americanos durante campanha eleitoral de 1940. Diante da pesquisa, ele concluiu que a imprensa não alterou a opinião dos eleitores e estabeleceu assim, três premissas teóricas (PENA, 2007, p.143): “1. A mensagem será rejeitada quando entrar em conflito com as normas do grupo. 2. O consumo das mensagens é feito de forma seletiva. 3. Os efeitos da mídia são, portanto, limitados.”

Citado por Colling (2001, p.90), Lazarsfeld sistematiza e impulsiona a teoria dos usos e gratificações, em que o receptor pode consumir mensagens da mídia “para, basicamente, quatro razões: se divertir; facilitar a interação social; explorar a realidade e reforçar os valores coletivos; vigiar, através dos meios, e adquirir informações sobre o desenvolvimento de opiniões relativas aos temas públicos”.

Na década de 60 a teoria de Lazarsfeld ainda dominava os estudos de comunicação. E, com o conceito de agendamento, alguns pesquisadores até hoje discutem se ele se contrapõe aos efeitos limitados ou os reafirma. Para Traquina (2005), o agendamento surge para contrapor os efeitos limitados, já para McCombs, os efeitos são limitados.

Em artigo, Colling (2001) cita Katz (1998), um dos principais representantes da teoria dos efeitos limitados, comentando que:

no modelo institucional, ao qual pertence o *agenda-setting*, sustenta que a mídia nos diz em que temos que pensar. No paradigma crítico, a mídia tem o poder de nos dizer em que não há o que pensar. No paradigma tecnológico, a mídia talvez tenha o poder de dizer como devemos pensar e a que grupo pertencer. (KATZ, apud COLLING, 2001, p. 91).

Porém, em 1972, segundo Pena (2007), a teoria do agendamento assume outra direção através dos estudos de McCombs e Shaw. O objetivo passa à análise da influência da mídia na formação e mudança de opiniões, como as pessoas recebem, codificam e formam seu conhecimento. O foco está em saber como as

peças conversam, pois, segundo Shaw, as peças têm tendência a incluir ou excluir de suas conversas aquilo que a mídia inclui ou exclui no seu conteúdo.

Becker (2005, p.57) segue a mesma linha de pensamento, ao afirmar que o conceito de agenda-setting pode ser descrito como “uma hipótese, segundo a qual, os meios de comunicação podem indicar aos seus destinatários temas em que devem pensar, conteúdos que precisam incluir ou excluir do seu conhecimento e acontecimentos que são ou não importantes.”. A autora (2005, p.58) ainda complementa que:

No caso da informação jornalística televisiva, a aplicação da hipótese da agenda-setting produz um efeito direto sobre os telespectadores, através da seleção e da hierarquia dos temas do dia, refletidas no “espelho”, ou seja, na lista das notícias escolhidas e na ordem em que vão ao ar em cada edição, com indicação do tempo dedicado a cada uma delas.(BECKER, 2005, p. 58).

No caso analisado da série Diários Secretos, produzida na televisão, o público passa a se acostumar com as edições e linguagem, mudando sua forma de aprendizado e recepção de informações. Apesar de que Pena (2007) coloca que a hipótese do agendamento não defende que a imprensa pretende persuadir, e sim que sua influência vem dos critérios de noticiabilidade.

Em artigo sobre agendamento e twitter, Nina Santos (2011) discute a importância de repensar a teoria do agendamento no contexto de existência dos sites de redes sociais. A autora comenta que os conceitos de McCombs e outros autores da teoria do agendamento eram baseados nas tecnologias de comunicação da época, tempo em que a internet ainda não fazia parte.

A internet, e em específico as redes sociais, traz novas possibilidades de comunicação que devem ser levadas em conta nesta teoria para os dias atuais, portanto, se faz necessário entender a relação entre a agenda dos meios de massa, a agenda do público e a agenda das redes sociais.

No entanto, é preciso observar com cautela o papel dos sites de redes sociais na formação da agenda considerando diversos aspectos, como a sua importância como fonte de informação política, a quantidade de conteúdo deles que redirecionam para meios de massa e a possibilidade da confrontação de pontos de vista diversos, entre outros. (SANTOS, 2011, p. 02).

Para Santos (2011), as novas tecnologias de informação e comunicação advindas do ambiente online inserem no contexto comunicacional uma facilidade na criação de veículos de comunicação próprios, como blog, twitter e a facilidade de acesso a essas fontes de informação cria um novo tipo de relação comunicacional entre personalidades e instituições e os cidadãos. Com a internet, o funcionamento em rede facilita a visibilidade e a proliferação de informações e posições. “Se antes essas opiniões circulavam em círculos restritos, hoje podem chegar a muito mais pessoas através da rede.” (SANTOS, 2011, p. 07).

Apesar dos meios de comunicação de massa ainda serem os responsáveis pelo maior lançamento de temas na agenda pública, hoje isso está se reconfigurando, pois aumenta a disputa com outras fontes de informação. “Portanto, o lugar de mediador entre a esfera civil e a esfera política que é pensado pela teoria do agendamento como de posse exclusiva dos meios de comunicação de massa, passa a ser tensionado no contexto online” (SANTOS, 2011, p.05).

Isso é constatado no artigo citado, através de uma pesquisa empírica baseada em aplicação de questionários, coleta de notícias em dois portais online e monitoramento do Twitter. É preciso considerar que a amostra foi pequena e que algumas ponderações precisavam ser feitas, porém, as análises feitas por Santos (2011) mostraram que há uma correlação bastante alta entre as agendas dos media, das redes sociais e do cidadão; os meios de comunicação continuam sendo os principais formadores da agenda pública; seria importante para as informações surgidas nas redes sociais a passagem pelos meios de comunicação para ganharem legitimidade; e que sites de redes sociais e meios de comunicação de massa funcionam em complementariedade, um na exposição e outro na discussão de temas públicos.

Na última década, diante do contexto atual, marcado principalmente pela popularização das redes sociais, a hipótese do *agenda-setting* vem perdendo a validade, em determinados aspectos. Em primeiro lugar, ainda é verdade que a mídia exerce influência sobre as pessoas, mas, de modo geral, as pessoas não mais se informam somente pela mídia tradicional. Assim, as redes sociais passaram a ter espaços de debate, construção crítica, mobilização e informação. Embora, nem tudo que se lêia nas redes sociais seja confiável, a quantidade de informação repassada pelas redes aumenta a cada dia. Já o segundo aspecto diferenciado, diante do contexto,

diz respeito a pautar assuntos, tendo em vista que, atualmente, a sociedade é que, de certo modo, acaba pautando os assuntos que serão debatidos pela e na mídia. E muitas dessas pautas, têm origem nas próprias redes sociais; são suscitadas e estimuladas por elas. (JESUS, 2013, p.04).

Um outro exemplo sobre a influência das redes sociais na agenda pública, foi as manifestações de rua organizadas online, através da rede social Facebook (#vemprarua) e Twitter (@vemprarua), em Junho de 2013. O hino do protesto veio de uma readequação popular da campanha #vemprarua da Fiat, porém a montadora não teve relação direta com as manifestações. Entre outras causas, o motivo das manifestações foi o aumento nas tarifas do transporte público, o Projeto de Emenda Constitucional nº 37, serviços públicos de má qualidade, impunidade política e repressão policial violenta aos protestos.

Naquela mesma época, ocorria no Brasil a Copa das Confederações, evento que já fazia parte da agenda pública e estava sendo coberto pela imprensa. No dia 15 de Junho de 2013, o Jornal Nacional JN começou uma cobertura especial sobre a Copa das Confederações, porém, ao mesmo tempo da realização do evento, as ruas do Brasil foram ocupadas por manifestantes protestando pelos motivos citados anteriormente. “Assim, diante da grandeza das manifestações que aconteciam no Brasil e da repercussão dessas nas redes sociais e na imprensa internacional, o JN mudou o planejamento para a cobertura da Copa das Confederações e passou a cobrir com destaque as manifestações populares.” (JESUS, 2013, p. 02)

Apesar das manifestações terem sido geradas nas redes sociais, só alcançaram visibilidade quando levaram milhares de pessoas as ruas, conseguindo assim lugar na agenda midiática, especialmente na televisão, com cobertura ao vivo das manifestações.

Essas manifestações em várias cidades do Brasil derrubaram o planejamento de dois anos do Jornal Nacional que estava preparado para fazer a cobertura da Copa das Confederações. Bonner (apud JESUS, 2013, p.08) explicou ao vivo no JN, em 18/06/2013, que “todo o planejamento precisou ser revisto diante das manifestações que aconteciam em todo o País paralelo a Copa das Confederações.” Segundo Jesus, diante dos acontecimentos, a equipe do JN achou melhor que o

jornalista voltasse ao estúdio para acompanhar de perto a cobertura das manifestações.

O planejamento inicial era de uma cobertura especial para reportar a Copa das Confederações, sendo que o jornalista William Bonner, âncora do JN, viajaria pelo Brasil, acompanhando a seleção brasileira de futebol e ancorando o JN, ao vivo, das cidades sede da Copa (Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Rio de Janeiro) onde a seleção brasileira estivesse. (JESUS, 2013).

Os planos mudaram quando o jornalista estava em Fortaleza, no dia 17/06/2013 e retomou a bancada do JN no dia seguinte explicando os motivos que o levaram a mudar o planejamento inicial. Segundo a autora, após esse dia, a Copa das Confederações foi perdendo espaço no JN e ocupando cada vez mais o papel de coadjuvante na sua cobertura telejornalística, ao passo que as manifestações populares foram conquistando o papel de protagonista nas edições seguintes.

A repercussão das manifestações mostrou que o agendamento de temas já não parte obrigatoriamente da mídia, e que as redes sociais tomaram um espaço relevante na origem de pautas.

### 2.2.2 Enquadramento

A explicação para o poder que os meios de comunicação têm em dizer como devem pensar os temas existentes na agenda da mídia é feita através do conceito de *framing* ou enquadramento. Esse conceito é visto como uma herança do *agenda-setting* e dos estudos feitos por McCombs.

Segundo Colling (2001), Robert Entman é um dos principais estudiosos do *framing*. Ele coloca que esse conceito é a forma de “como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda.” No livro Teoria da agenda, McCombs (2009) comenta de forma muito parecida o conceito de Entman, ao falar que o papel dos enquadramentos é organizar o pensamento, criando um padrão integrado.

Um aspecto adicional que distingue os enquadramentos dos atributos massivos é o seu poder para estruturar o pensamento, para formatar como nós pensamos sobre os temas públicos, os candidatos políticos ou outros objetos das notícias. Os enquadramentos têm sido descritos como um esquema de interpretação [...] Os enquadramentos chamam nossa atenção

para as perspectivas dominantes destas imagens que não somente sugerem o que é relevante e irrelevante mas que ativamente “promovem um problema particular de definição, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (MCCOMBS, 2009, p. 140).

Para McCombs (2009), o enquadramento passa a ser a ideia central que organiza o conteúdo noticioso, sugerindo de que o objeto trata, “através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração”. O autor ainda continua:

Enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-lo mais saliente num texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (MCCOMBS, 2009, p.137).

Diante de um objeto, o enquadramento passa a ser a seleção ou ênfase de atributos particulares de uma agenda da mídia. Pode ser um atributo que é dado a determinado objeto, sendo que atributos podem ser, segundo McCombs (2009, p. 138), “descrições de pessoas, dos assuntos públicos, de objetos nas notícias”. Porém ressalta que nem todos os atributos são enquadramentos.

No texto de Colling (2001), Entman fala sobre o poder do *framing* e o que é possível identificar através dele. Suas análises detectam qual é a influência sobre a consciência, que é exercida na transferência de informação. Comenta ainda que a produção de um enquadramento está na seleção de aspectos da realidade quando se dá um destaque ao fato, gerando interpretação, avaliação moral.

Porém destaca que a teoria não pretende defender a tese de que a audiência recebe passivamente as mensagens. O telespectador está livre para tirar seu próprio significado das mensagens da mídia. Diante do objeto em questão, isso pode ser comprovado através da afirmação de James Alberti, jornalista da RPCTV, em entrevista feita em Julho de 2012. Alberti (2012) coloca a produção da Série “Diários Secretos” como um agendamento da mídia, porém, afirma que “cada pessoa tem sua agenda própria, assuntos que interessam e recebem as notícias conforme seus interesses.”.

## 2.3 EVOLUÇÃO DO JORNALISMO

O desenvolvimento do jornalismo no século XIX iniciava com a expansão da imprensa e explodiu no século XX com o desenvolvimento de novos meios de comunicação como rádio e televisão. Durante décadas do século XIX a atividade ganha um novo objetivo, segundo Traquina (2005, p.34), o de “fornecer informações e não propaganda”, oferecendo assim notícias, baseadas nos fatos e não nas opiniões. Encarados como negócio, os jornais rendem lucros e o objetivo passa a ser o aumento das tiragens. Assim, o século XIX é tido como a “época de ouro” da imprensa, tendo maior expansão devido à liberdade garantida na constituição.

O impacto tecnológico também marcou o jornalismo do século XIX, pressionando a hora de fechamento, ressaltando o valor da cultura jornalística, o imediatismo.

	<b>Tipo</b>	<b>Época</b>	<b>Valores jornalísticos dominantes</b>	<b>Aspectos funcionais e tecnológicos</b>	<b>Agentes</b>	<b>Economia</b>
Pré-história	Artesanal	1631 a 1789	Espetacular, singularmente novo (desastres, mortes, seres deformados, reis, etc)	Jornal ainda semelhante ao livro	Empreendedor isolado	elementar
Primeiro Jornalismo	Político-literário	1789 a 1830	Razão (verdade, transparência); questionamentos da autoridade; crítica da política; autoconfiança	Profissionalização; surge a redação; diretor separa-se do editor; artigo de fundo; autonomia da redação	Políticos; escritores; críticos; cientistas	Economia deficitária
Segundo jornalismo	Imprensa de massa	1830 a +/- 1900	O “furo”; a atualidade; a “neutralidade”; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se nas capas, logo e chamadas de 1ª página	Rotativas e composição mecânica por linotipos (1890); telégrafo e telefone; cria-se a agência Havas; mais publicidade e menor o peso de editores e redatores; títulos passam a ser feitos pelo editor	Jornalistas profissionais	Economia de empresa: jornal tem que dar lucro; aumento das tiragens: 35 para 200 mil
Terceiro Jornalismo	Imprensa monopolista	De +/- 1900 a +/- 1960	Grandes rubricas políticas ou literárias; páginas-magazines:	Influência da indústria publicitária e das relações públicas; uso	Jornalistas, publicitários e relações públicas	Grupos monopolistas dominam a imprensa;

			esporte, cinema, rádio, teatro, turismo, infantil feminina	da fotografia	promovem "indústria da consciência"	época de tiragens-monstro
Quarto jornalismo	Informação eletrônica e interativa	De +/- 1970 até o presente	Impactos visuais; velocidade; transparência	Implantações tecnológicas (barateamento da produção); alteração das funções do jornalista; toda a sociedade produz informação	Redes/sistemas informatizados; pessoas em interface; jornalistas prestadores de serviço	Financiamentos migram para a TV e a Internet; crise da imprensa escrita

Quadro 1- Evolução do Jornalismo

Fonte: Ciro Marcondes Filho, *Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos*. São Paulo. Hacker Editores. 2000. p. 48

Para Marcondes Filho (2000), o jornalismo vem da Revolução Francesa, apesar de que, um século e meio antes, em 1631, já existissem jornais como a *Gazette* de Théophraste Renaudot, com todas as características básicas desse veículo. Segundo o autor (2000, p. 10), o jornalismo "expande-se a partir da luta pelos direitos humanos nesta que foi a "revolução símbolo" da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado da Idade Média, assim como da afirmação do espírito burguês".

O primeiro jornalismo, de 1789 a 1830, foi o da "iluminação". Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. Ainda segundo Marcondes Filho (2000, p.12):

é a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias. É época também em que o jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico, o diretor torna-se uma instância diferente da do editor, impõe-se o artigo de fundo e a autonomia redacional. Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. (MARCONDES FILHO, 2000, p.12).

Segundo Pena (2007) os anos entre 1830 e 1900 são chamados de imprensa de massa, pois marcam o início da profissionalização dos jornalistas, a utilização de reportagens e manchetes, da publicidade e a consolidação da economia de empresa. "É essa nova imprensa, como objeto de alto investimento de capital, que manterá as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o

“furo”, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o “caráter libertário e independente”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14).

De 1900 até 1960 passa a ser chamada de imprensa monopolista, marcada por grandes tiragens, influência das relações públicas, grandes rubricas políticas e fortes grupos editoriais que monopolizaram o mercado. Para Marcondes Filho (2000 p. 14-15):

O mais importante deste século será o desenvolvimento, após a Grande Depressão americana – e como forma de reação a crises similares – da indústria publicitária e de relações públicas como novas formas de comunicação que competem com o jornalismo até descaracterizá-lo, como vai acontecer no final do século 20.

Até o começo do século XX, os jornais eram essencialmente opinativos, pois defendiam suas posições em variados temas. Felipe Pena (2007) comenta que era muito comum um jornal oposicionista utilizar os primeiros parágrafos da narrativa sobre um assassinato para criticar a política de segurança do governo. Portanto era possível constatar que não havia objetividade ou imparcialidade nos jornais. Exemplo disso, segundo o autor, foi a briga política entre os jornais Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, e Última Hora, de Samuel Wainer, na década de 1950. “Enquanto o primeiro criticava ferozmente o governo de Getúlio Vargas, o segundo defendia-o com toda paixão, especialmente porque o presidente brasileiro era o principal financiador”. (2007, p. 41).

Segundo Traquina (2005), em meados dos anos 50, chega ao país, pelo jornalista Pompeu de Souza, o *lead*, conceito utilizado na imprensa americana que prometia revolucionar as redações e trazer objetividade ao jornalismo.

A utilização de um *lead* se tornou prática corrente no jornalismo norte-americano, demonstrando o crescente sentimento de autoridade por parte dos jornalistas, a decidir quais são os elementos do acontecimento mais importante e que merecem figurar no *lead*. (TRAQUINA, 2005, p. 60).

Tuchman (apud TRAQUINA, 2005) coloca o *lead* como um procedimento identificado com a objetividade, através da estruturação da informação numa sequência apropriada. Segundo ela, a informação mais importante relativa a um acontecimento deve ser colocada no primeiro parágrafo, da mesma forma que

Traquina comenta da pirâmide invertida. Porém a autora coloca o *lead* como um procedimento problemático por ser responsabilidade do jornalista escolhê-lo.

O jornalista só pode invocar seu profissionalismo para justificar que o *lead* escolhido é válido devido à sua perspicácia profissional, ou seja, à sua capacidade de escolher “objetivamente” entre “fatos” concorrentes, para decidir quais os “fatos” que são mais “importantes” ou “interessantes”. Até certo ponto, as dificuldades do jornalismo são mitigadas pela fórmula familiar de que a notícia se preocupa com o “quem”, o “quê”, o “quanto”, o “onde”, o “porquê” e o “como”, isto é, os chamados “seis servidores” de um *lead*. Assim, se o jornalismo puder afirmar que foi atrás das “coisas mais materiais”, explica Tuchman, ele ou ela podem dizer que foram “objetivos”. (TUCHMAN, apud TRAQUINA, 2005, p.141).

A partir de 1960, o jornalismo fica marcado pela informação eletrônica e interativa, com ampla utilização da tecnologia, dentro das limitações tecnológicas da época, mudança das funções do jornalista e velocidade na transmissão de informações. Os novos avanços nas últimas décadas do século XX tornaram possível a transmissão direta do acontecimento.

Para as novas funções, as empresas procedem o recrutamento em massa de pessoal e sua submissão aos critérios darwinistas de seleção natural à atividade, um concurso de resistência em que vence quem for competitivamente mais ágil, dinâmico, *maquínico*. Exige-se uma capacidade redacional diversa, utilizável em qualquer editoria, já que as tecnologias não necessitam mais do grande especialista – ou, pelo menos, de “grandes especialistas” -, pois se satisfazem com um prestador de serviços jornalísticos, a saber, um simples e bom redator. A informatização e a operação em tempo real “terceirizam” a análise, o comentário, a interpretação, que passam a ser funções tiradas de outras fontes, externas ao jornalismo. (MARCONDES FILHO, 2000, p.36).

Com o crescente poder da imprensa, surge o jornalismo de investigação, com os chamados jornalistas *muckrakers*, jornalistas dedicados a denunciar corrupções e escândalos e a defender os interesses do homem comum, no fim do século XIX e início do século XX. (TRAQUINA, 2005).

### 2.3.1 Jornalismo investigativo

Com a profissionalização da atividade jornalística no século XIX e o desenvolvimento do jornalismo investigativo, alguns profissionais tomaram a

revelação de segredos do poder como forma de exercer sua missão de guardiães do interesse público.

Segundo Traquina (2005) a utilização de testemunhas oculares e o desenvolvimento da reportagem com a utilização da técnica de descrição foram algumas das inovações no jornalismo no decurso do século XIX.

O jornalismo investigativo recebe essa denominação pela prática de reportagem especializada em desvendar mistérios e fatos ocultos do conhecimento público, improbidade administrativa e superfaturamentos, como casos de corrupção e desvio de verbas públicas.

Segundo Menezes e Stael (2005), Rubens Valente, jornalista, afirma que o formato investigativo possui características específicas e se diferencia dos demais formatos pela demanda de tempo das investigações, versões contrárias, comparações de dados. Já, Clovis Rossi, jornalista, citado pelas autoras, acredita que todo jornalismo é investigativo, pelo fato de que para recuperar as histórias é preciso investigar.

Rubens Valente classifica as reportagens investigativas em reativas e proativas. A primeira é quando, “dado um assunto, a imprensa vai atrás e o leva a reviravoltas inimagináveis, por exemplo, o escândalo Watergate, que nasceu de um fato gerado pela polícia, com a prisão de pessoas que instalavam escutas num edifício, e não do trabalho dos jornalistas, que depois foram os responsáveis pela queda do presidente Nixon”. Já as proativas são construídas pelos próprios jornalistas que fazem as revelações a partir de um levantamento próprio de informações, como é o caso da série “Diários Secretos”, feita por jornalistas da RPCTV e do Jornal Gazeta do Povo, a partir de investigações sobre os Diários oficiais da Assembleia Legislativa do Paraná.

Apesar de sua importância, os jornais têm dificuldades para investir em equipes experientes na área investigativa, pois, segundo o jornalista Chico Otávio, citado por Menezes e Stael (2005), “a realidade nas redações conspira contra a reportagem investigativa”. As equipes são pequenas e as rotinas exaustivas devido à quantidade de pautas. Antes de fechar uma reportagem o jornalista faz um longo trabalho de apuração sobre o assunto em questão podendo realizar entrevistas *on* e *off* com fontes diversas, levantamento de documentos em arquivos, para depois

montar sua reportagem. Sendo que, entrevistas *off* são as informações obtidas “fora do microfone”, não oficialmente e sem que seja divulgado o nome da pessoa que forneceu a informação, podendo ser feitas anotações, mas que não relata a opinião dos entrevistados.

Em entrevista concedida por e-mail para Rodolfo Stancki (2012), jornalista do Jornal Gazeta do Povo, Eugênio Bucci, jornalista, comenta sobre o escândalo do Watergate e as dificuldades do jornalismo investigativo. O jornalista destaca o valor do trabalho investigativo, a busca, leitura detalhada e checagem de documentos, envolvendo conversas com fontes especializadas e um trabalho de reportagem que se estende por meses e anos. Assim como Chico Otávio, citado por Menezes e Stael (2005), Bucci (apud STANCKI, 2012) afirma que a maior dificuldade para fazer reportagens investigativas talvez seja o tempo e que, além disso, “é preciso que as redações tenham fôlego para financiar o trabalho longo e que tenham independência política para buscá-lo.” Para ele, o que mudou atualmente para os jornalistas, se comparado ao início dos anos 70, é o advento dos computadores conectados à internet, o que desafia os jornalistas que precisam dominar muito mais a tecnologia.

No caso dos Diários Secretos, a investigação nos diários durou quase dois anos para que daí sim fosse feita a divulgação da série. Segundo Dirk Lopes, jornalista da RPCTV, em entrevista concedida a autora pessoalmente, em 19 de Abril de 2012, “foram vinte mil informações checadas cinco vezes.”. Os jornalistas que investigaram os documentos fizeram uma planilha no Excel com nome, sobrenome, função, data de contratação e outras informações que eram checadas e conferidas várias vezes para que pudessem ser divulgadas corretamente.

### 3 ESCÂNDALO POLÍTICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

A cada dia, mais escândalos políticos vêm sendo transmitidos pelos veículos de comunicação como forma de demonstrar à sociedade aquilo que fica por trás dos setores que detêm certo tipo de poder. Com o objetivo de informar as pessoas e cumprir a função do jornalismo, as empresas estão direcionando profissionais para ficarem, de forma específica, responsáveis pela coleta de informações, descobrindo fraudes políticas e investigando diversos setores.

#### 3.1 ESCÂNDALOS POLÍTICOS E MUDIÁTICOS

O aparecimento de escândalos políticos midiáticos e suas ocorrências não datam de hoje, porém atualmente tomam uma proporção e visibilidade maior na mídia devido principalmente às transformações e desenvolvimento dos meios de comunicação.

Sobre escândalo midiático, Thompson (2002) comenta que é um fenômeno moderno que teve início no fim do século XVIII. Seu trabalho está focado nos “desenvolvimentos ligados à invenção e exploração dos novos meios de comunicação e de difusão da informação”, utilizando isso como base para relatar mudanças que ocorreram desde a invenção da imprensa por Gutenberg em 1440, passando pelos jornais diários e semanais, descoberta da eletricidade, telefone e enfim, início do século XX, década de 1920, a transmissão por rádio e televisão.

O desenvolvimento de novos meios implicou na mudança do intercâmbio de informações, antes uma interação face a face, de caráter dialógico até a interação de pessoas por um meio técnico em espaço-temporais distantes. Os acontecimentos se tornam públicos ao serem registrados e transmitidos a outros que não estão presentes no momento, desta forma, o autor identifica-os como publicidade midiática, “que é independente de sua capacidade de serem vistos ou ouvidos por indivíduos co-presentes” (THOMPSON, 2002, p.65).

O processo de mudança dos meios de comunicação é retrçado por Thompson (2002) através das relações entre mudanças das formas de publicidade e

o exercício do poder político. Antes, os governantes faziam aproximações físicas, a visibilidade exigia uma co-presença, e estes eram vistos somente pelos membros da corte e elite, que faziam parte de sua vida social. Já com a chegada dos impressos os governantes utilizavam-nos e outros meios para construir uma auto-imagem, que podia ser levada para os outros locais.

A chegada dos meios eletrônicos, rádio e televisão, representou um novo começo. A publicidade, por meio da crescente disponibilidade dos produtos da mídia em escala nacional e internacional, atingiu a vida de uma proporção crescente de população. “O rádio e a televisão possibilitavam a transmissão da informação e do conteúdo simbólico a grandes distâncias e com pouca ou nenhuma demora” (THOMPSON, 2002, p.67). Por intermédio da televisão, a publicidade midiática é definida pela visibilidade no sentido restrito de visão, o que gera mais credibilidade diante dos espectadores pelo fato de verem com os próprios olhos. As pessoas podem examinar detalhadamente as ações, falas e expressões faciais de seus líderes políticos, e isso cria uma intimidade midiática, em que os políticos se mostram não apenas como líderes, mas como seres humanos. Desta forma, perde-se a majestade que circundava os líderes antigamente e ganha-se a capacidade de falar diretamente com as pessoas.

Essa mudança dá oportunidade ao público de julgar os líderes diante de seu caráter. E assim, com a ascensão da mídia impressa e eletrônica vieram também os escândalos mais regulares. A visibilidade midiática além de uma oportunidade nova de aparição transformou-se em uma armadilha. Na Europa Moderna, governantes políticos ficaram cientes de que a imprensa poderia promover sua imagem, mas também atacá-la e prejudicá-la.

Segundo Thompson (2002), a ligação entre escândalo e mídia teve sua origem com os panfletos, no fim do século XVI e início do século XVII, “uma cultura em que escandaloso foi empregado para caracterizar afirmações, alegações, acusações e descrições articuladas com a palavra imprensa.” O desenvolvimento dessa relação veio com as novas formas de regulação política e práticas de publicação. No século XVIII, com os periódicos, a imprensa já sofria ataques de ministros do governo por apresentar alegações escandalosas, mas foi a partir deste século que a liberdade de imprensa era cada vez mais afirmada como um direito a

ser defendido para garantir a liberdade das pessoas contra ações opressivas do estado.

Para o autor, um escândalo político é todo aquele que envolve um líder ou uma figura política, destaca ainda que um dos elementos que distingue o mero escândalo daquele caracterizado como político é que a arena de discussão é outra: implica lideranças políticas que estão envolvidas com o poder político num “campo político”.

Vera Chaia (2004, p. 95) comenta que “o escândalo pode se espalhar rapidamente e de maneira incontrolável, sendo difícil de reverter o processo, tanto que uma de suas consequências imediatas é o prejuízo que provoca à reputação dos indivíduos envolvidos.”.

Markovits e Silverstein, citados por Thompson (2002), apontam que os escândalos políticos podem ter maior ocorrência na democracia liberal, isso porque esta é uma democracia de forças competitivas organizadas por grupos de interesse. Assim, com o intuito de tirar proveito da oposição, o escândalo pode ser uma arma poderosa, como ocorreu no caso dos Diários Secretos com a denúncia feita à RPCTV sobre atos ilegais realizados por uma deputada. Segundo Thompson (2002, p. 128):

Demonstrar, ou mesmo alegar, que um opositor político transgrediu uma norma moral que deve ser cumprida – se esteve envolvido em corrupção ou fraude, por exemplo, ou se seu comportamento demonstra um grau substancial de engano ou hipocrisia – pode ser um meio efetivo de desacreditá-lo. (THOMPSON, 2002, p.128).

Vevila Silva (2007, p.2), em artigo relacionando o Mensalão - caso de corrupção política mediante compra de votos no Congresso Nacional Brasileiro entre 2005 e 2006 - com os escândalos de Thompson, afirma que de acordo com o autor:

Atualmente, o termo escândalo é entendido como revelação, através da mídia, de algum ato, procedimento ou atividade, que estavam antes ocultos, mas que implicam em transgressões a normas, valores, leis ou obrigações. Trata-se não meramente da divulgação de um segredo, mas desta divulgação configurada como um evento midiático, no qual não só o ato em si, mas o conjunto dos comentários reprovadores, imagens acusatórias, fotos comprometedoras e manchetes dramáticas veiculadas passam a ser parte constitutiva do próprio escândalo. (SILVA, 2007, p.2).

Segundo Bianca Persici (2003), por deter o poder de dar existência aos fatos, a mídia tornou-se peça fundamental no desenrolar dos escândalos políticos, os quais, em épocas remotas, ficavam restritos ao seu campo específico. “Atualmente, é possível afirmar que todo escândalo político é necessariamente, um escândalo político-midiático, pois sem a mídia, por mais graves que sejam as infrações, eles não existem”. (PERSICI, 2003, p.13).

### 3.1.1 Exemplos de escândalos políticos e midiáticos

Na década de cinquenta, o Brasil já presenciava escândalos políticos que repercutiam mesmo sem a grande divulgação dos veículos de massa. Recém trazida por Chateaubriand, em 1950, a televisão ainda não tinha o poder dos dias atuais, pois somente uma parte da população com alto poder aquisitivo poderia tê-la, sendo assim, o suicídio de Getúlio Vargas, um exemplo de escândalo político, de 1954, foi noticiado pela imprensa minutos após o ocorrido. Mesmo já havendo estações de rádio, a população tinha como fonte primária de informação os jornais que, em casos como este, publicava edições extras.

Para Thompson (2002), devido à grande importância pública do Presidente Getúlio Vargas, a causa de sua morte não pôde deixar de ser noticiada ou omitida por jornalistas, isso porque a imprensa brasileira de meados dos anos 50 não se intimidava diante da morte voluntária, diferentemente do que seria a imprensa no final da década. Getúlio Vargas se suicidou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então capital da República, com um tiro do seu revólver Colt calibre 32 no coração, às 08h25min do dia 24 de Agosto de 1954.

Diferentemente da repercussão do caso Vargas, devido ao avanço e influência da televisão e de outros veículos de comunicação, é possível citar um exemplo emblemático, o caso Mensalão. O escândalo do Mensalão se refere ao nome dado pela mídia ao caso de denúncia de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, entre 2005 e 2006. Situa-se na categoria de escândalo de poder, pois se trata de mau uso e abuso do poder político para fins ilegítimos e ilegais. É um dos maiores escândalos da história recente do

país, com desdobramentos que tiveram grande visibilidade do caso e desgaste para políticos e governo envolvidos. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do presidente Lula e membros do Partido dos Trabalhadores, sendo objeto de ação penal, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

O caso Mensalão é um legítimo exemplar de escândalo político que se tornou evento midiático. Durante o segundo semestre de 2005, ápice do escândalo, diversos veículos de comunicação deram grande visibilidade ao assunto. A situação se repetiu no ano de 2012, quando o julgamento dos envolvidos se transformou em espetáculo. O caso marcou o primeiro mandato do presidente Lula e girava em torno de um esquema de compra de votos na Câmara Federal, para aprovar projetos do governo. As falas e imagens dos protagonistas do escândalo, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o publicitário Marcos Valério, povoaram o cotidiano das pessoas durante um longo tempo. (BRAZ, 2013, p.02).

Em estudo sobre o Mensalão, Vevila Silva (2007, p.09) comenta ser “bastante evidente que as revistas deram destaque à questão do suborno, ao ato imoral ou “escandaloso” de se comprar fidelidade dos aliados”. Já, Mariano (2013), chama atenção para o fato dos escândalos poderem interferir na dinâmica de reputação e confiança dos atores envolvidos.

A cobertura jornalística do escândalo do “mensalão”, por exemplo, ocorrido em 2005, nos mostra essa dinâmica. Um canal público – a TV Senado – utilizou, pela primeira vez, os depoimentos das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), ao vivo, e alcançaram níveis significativos de audiência. O acompanhamento diário das sessões das CPIs pelo canal do Legislativo também permitiu o registro e a reprodução, pelas principais emissoras abertas, dos momentos mais dramáticos da crise. A crise política de 2005 levou deputados e senadores aos programas de rádio, jornal e televisão, reservando-se para os mais ilustres parlamentares os horários nobres do fim do dia, ao vivo na TV Senado e a tempo de entrarem nos principais noticiários. A internet produziu pautas jornalísticas e repercussão pública dos acontecimentos, em interação com o público mais interessado e com as empresas jornalísticas. Essa cobertura foi assunto de blogs de opinião mais gerais, e originou outros que antes não existiam, além de aumentar exponencialmente a frequência dos mais antigos. (MARIANO, 2013, p. 04).

Para Thompson (2002), cada fase de um escândalo é previsivelmente seguida de outra, apesar deste padrão não ser rígido ou fixo. Segundo Braz (2013, p.8-9) no exemplo do Mensalão, quatro fases são identificadas: pré-escândalo, o escândalo propriamente dito, clímax e consequências. A primeira fase é quando a

ação transgressora se torna objeto de conhecimento público por intermédio da imprensa, sendo que neste caso, verifica-se que a denúncia de corrupção nos Correios, envolvendo o ex-presidente do PTB, Roberto Jefferson, dá o pontapé inicial para o surgimento do escândalo.

Na segunda fase inicia-se o processo de afirmações e contra-afirmações que constituem o escândalo midiático. No dia 14 de Maio de 2005, a Revista Veja divulgou trechos de uma gravação de vídeo na qual o ex-chefe do departamento dos Correios, Maurício Marinho, solicitava e também recebia vantagem indevida para ilicitamente beneficiar um empresário. O vídeo mostrava Marinho recebendo propina de empresários em nome do ex-presidente do PTB, Roberto Jefferson. É o momento em que surgem personagens como o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o publicitário Marcos Valério.

A terceira fase representa o ponto crítico do escândalo, que pode culminar em confissão de culpa, demissão ou renúncia. Coincide com a queda de importantes figuras do governo petista, bem como a instalação de CPIs e a mudança na direção de partidos políticos. A quarta fase, das consequências, pode ser considerada pelo julgamento ocorrido em 2012, porém, as implicações que envolvem o caso Mensalão permanecem até os dias atuais.

Além dos casos acima, porém internacionalmente, é possível citar um dos escândalos de poder mais importantes das últimas décadas. O Watergate, que ocorreu em 1972. A investigação jornalística sobre o caso fez com que Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos na época, renunciasse.

O escândalo ficou conhecido por Watergate pelo local onde cinco homens foram presos, em 16 de Junho de 1972, carregando dispositivos para grampear conversas e tentando entrar no quartel general do Comitê Democrático Nacional, em um hotel e complexo de apartamentos chamado Watergate em Washington.

O caso começou a repercutir a partir da cobertura feita por Bob Woodward, repórter local do *Washington Post*, no dia seguinte, ao ter sua atenção voltada para o fato de um dos cinco homens apresentados, McCord, ser o coordenador de segurança do Comitê para reeleger o Presidente, no caso Nixon. Junto com Carl Bernstein, também repórter, Woodward ficou quase dois anos cobrindo o caso, segundo Stancki (2012).

Woodward e Bernstein, com suas reportagens, conseguiram manter o assunto em pauta, mas por falta de evidências o assunto logo foi substituído por outros acontecimentos. Segundo Thompson (2002), apesar da Casa Branca ter declarado que não tinha nada a ver com o caso, mais tarde ficou claro que nos dias seguintes Nixon e seus assessores ficaram preocupados com as consequências políticas e começaram a destruir documentos que pudessem conter provas incriminadoras. Além disso, planejaram estratégias para impedir a investigação do caso pelo FBI – *Federal Bureau of Investigation*. Como o impacto imediato foi sem importância, Nixon venceu a eleição presidencial de 1972 por grande maioria.

No ano seguinte, o escândalo tomou maior proporção a partir do julgamento dos invasores, em 08 de janeiro de 1973. Eles foram declarados culpados e receberam pena severa. Como havia desconfiança que os culpados haviam sido comprados, em 07 de fevereiro o Senado votou a criação de um comitê para investigar o caso. Em 23 de Março, o Juiz Sirica leu uma carta de McCord afirmando que havia sido feita pressão política sobre os acusados para que se declarassem culpados e permanecessem calados, e que outras pessoas estavam envolvidas na operação não tinham sido identificadas.

Essa carta foi um passo para que os acontecimentos do Watergate voltassem a receber ampla cobertura da mídia, tanto impressa com televisiva, e comesçassem a se desdobrar. As audiências televisionadas do comitê começaram em 17 de maio. Em Junho, João Dean, antigo conselheiro da Casa Branca foi chamado para depor e suas informações mostravam o encobrimento de Nixon no caso. Em 16 de Julho de 1973, Alexandre Butterfield, antigo assistente de pessoal de Nixon, afirmou publicamente sobre um segredo que se tornou prova a subsequência dos acontecimentos: “Nixon tinha instalado um sistema secreto para gravar conversações em seus escritórios privados na Casa Branca.” (THOMPSON, 2002, p. 247).

A partir daí o comitê solicitou algumas fitas para serem escutadas. Inicialmente Nixon resistiu ao pedido, mas em 19 de Outubro ele acenou que as tornaria acessível. A posição de Nixon perante as pesquisas de opinião começava a enfraquecer e apareciam os primeiros sinais sérios que o levaram ao impeachment. Entre o outono de 1973 e a primavera de 1974 foram apresentadas mais fitas, sendo

que algumas eram entregues editadas por Nixon. A batalha pelas fitas foi importante pelo fato de serem evidências que poderiam mostrar quanto o presidente conhecia sobre a invasão e o que teria feito, mas Nixon negava que tinha conhecimento antecipado sobre o acontecido.

Uma das fitas aumentou a desconfiança sobre o envolvimento do presidente. Identificaram uma pausa na gravação que apagava parte da conversa entre Nixon e seu chefe de pessoal, Robert Haldeman. Porém, segundo Thompson (2002, p. 249), foi “a fita de 23 de Junho de 1972 que a Suprema Corte ordenou a Nixon que entregasse a 24 de Julho de 1974, que finalmente tornou sua posição insustentável.” Nesta, Nixon e Haldeman discutiam para impedir a investigação do FBI sobre a invasão e para isso deveriam pedir ao diretor adjunto da CIA – *Central Intelligence Agency* - para intervir.

Ao escutarem a fita, seus assessores duvidaram que ele iria sobreviver à transcrição e o forçaram a renunciar. Assim, Nixon optou por entregar a transcrição juntamente com uma declaração admitindo que algumas seções estavam em desacordo com suas declarações anteriores. Rapidamente perdeu o apoio tanto da Casa Branca como do Senado. Foi então em 09 de Agosto que Nixon anunciou sua renúncia num pronunciamento pela tevê. (BURDY, 2012).

Nixon não foi condenado por planejar ou ordenar a invasão que levou à sua queda, mas as fitas trouxeram à público um mundo oculto de poder que poucos cidadãos comuns imaginariam. A reação na mídia e entre os políticos, segundo o autor, foi avassaladoramente negativa. Sua carreira política terminou abruptamente e sua reputação foi manchada pelos acontecimentos que levaram a sua renúncia.

Thompson (2002) comenta que as consequências políticas do Watergate foram muitas, tendo impacto na atividade legislativa e no clima político do congresso; na condução prática da política presidencial e na orientação política dos meios de comunicação.

Além disso, modificou a condução da política presidencial na medida em que os presidentes em exercício lutavam para evitar esse tipo de catástrofe.

A experiência do Watergate contribuiu também para uma gradual mudança nas regras de envolvimento da mídia, à medida que jornalistas, editores e outros indivíduos com acesso às formas midiáticas de comunicação

começaram a se interessar mais em procurar apoderar-se e tornar públicas informações e alegações com respeito às atividades privadas, ocultas e potencialmente comprometedoras das figuras políticas. (THOMPSON, 2002, p.255).

Por mais de 30 anos, a identidade do informante que delatou o envolvimento do governo com a invasão no edifício Watergate foi mantida em segredo. Em 2005, a fonte conhecida como “Garganta Profunda” revelou seu rosto e seu nome. Era Mark Felt, ex-vice-diretor do FBI.

Em 17 de Junho de 2012, o escândalo completou 40 anos, e o Jornal Gazeta do Povo produziu uma reportagem lembrando o caso, entrevistando jornalistas e mostrando que casos como este inspiram reportagens como a série “Diários Secretos”.

Segundo reportagem de Rodolfo Stancki (2012), o escândalo foi um marco da imprensa que começou por uma investigação jornalística. Francisco Karam (apud STANCKI, 2012), professor do curso de Jornalismo da UFSC diz na reportagem que:

é um momento que mostra o poder da investigação da imprensa, que mantém um papel fundamental na manutenção de uma sociedade democrática...Os repórteres se debruçaram sobre os fatos, conversaram com centenas de pessoas e isso resultou num ato de grande significado, que é a renúncia de um presidente. (STANCKI, 2012).

Para Elza Oliveira Filha (apud STANCKI, 2012, p. 23), o exemplo do Watergate deve ser continuamente lembrado, diz que é preciso “mostrar a necessidade do aprofundamento na investigação jornalística”.

Além de servir de padrão para o jornalismo investigativo, o escândalo teve grandes consequências políticas, sendo a mais evidente a mudança no governo norte-americano. Para Luis Grohmann (apud STANCKI, 2012), cientista político, “Nixon foi o último presidente dos EUA a representar o conservadorismo atrasado da década de 1950. Sua saída coincidiu com o declínio desse modelo.” Segundo ele, o país partiu para uma agenda neoliberal que reforçou o controle da corrupção no governo. Por fim, na reportagem de Stancki (2012), Sean Purdy, historiador, afirma que o escândalo “ensinou” os governos posteriores a lidar com a mídia. “Na época, a guerra do Vietnã foi televisionada. Em 2003, a imprensa americana não tinha

cobertura exclusiva da Guerra do Iraque. O que se via na tevê era o que tinha sido vendido pela gestão de Bush”.

Segundo Thompson, a relação entre os escândalos e a mídia está no fato de que o escândalo vende, é possível comercializar e, como organização, a mídia tem interesse financeiro. Os escândalos midiáticos “não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independente dela: eles são de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por diferentes formas midiáticas de comunicação.” (2002, p.59).

Complementando, Chaia (2000), diz que o escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidas de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública.

A autora (2000, p.02) comenta em artigo sobre escândalos políticos e mídia, que a simples suspeita de um escândalo pode desencadear um escândalo. “E é neste sentido que a mídia exerce um papel importante, o de tornar público o escândalo, onde se expressa a desaprovação por aquela transgressão, oferecendo um campo profícuo para a articulação de um discurso moralizador e reprovador.”

Os escândalos políticos e mais especificamente escândalos de poder nas Câmaras, Assembleias e Ministérios são vistos frequentemente nos veículos de comunicação, e pela quantidade de novas notícias e fatos, a sociedade não consegue cobrar, de forma imediata, providências sobre essas questões. A falta de manifestação da sociedade se deve também à demora de justiça diante dos ocorridos para punir os responsáveis, o que só gera revolta e desânimo.

Porém, a partir da série “Diários Secretos”, abordada no próximo capítulo e das manifestações públicas vistas no ano de 2013 em várias cidades do Brasil, é possível perceber que, apesar dos escândalos políticos midiáticos continuarem ocorrendo, a sociedade está conseguindo ser ouvida pelos seus representantes, seja através da mídia, de redes sociais ou manifestações nas ruas.

#### **4 A SÉRIE “DIÁRIOS SECRETOS”**

Em 16 de Março de 2010, a Rede Paranaense de Comunicação (RPCTV) e o Jornal Gazeta do Povo deram início à divulgação da série “Diários Secretos”. Essa Série de reportagens apresentou todas as movimentações de funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), mostrando escândalos ocorridos na Assembleia. Até o final da divulgação da Série, em 24 de Abril de 2010, nomes, prisões, recadastramentos, protestos, entre outros acontecimentos foram revelados.

A investigação sobre os diários começou quase dois anos antes da divulgação, tendo como jornalistas responsáveis Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatchek.

Em entrevista feita em 31 de Julho de 2012, com James Alberti, um dos jornalistas que investigou o caso, ele conta que inicialmente a investigação tinha dois objetivos. Primeiro o de levantar a quantidade de funcionários da Assembleia e segundo o de denunciar que era preciso acabar com os diários avulsos que existiam. Todo o trabalho de investigação rendeu prêmios aos jornalistas responsáveis pela Série, como o Prêmio Esso de Jornalismo, maior prêmio do jornalismo Brasileiro, Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo e inclusive um prêmio mundial de imprensa inédito para o jornalismo brasileiro, O Global Shining Light Award, entregue em Outubro de 2011, na Ucrânia.

A procura por informações foi iniciada após uma denúncia feita à RPCTV sobre supostas irregularidades envolvendo a deputada Beti Pavin. Através das primeiras investigações, os jornalistas constataram que a deputada se apropriava de dinheiro público, empregava empresários e secretários de dentista. Essa denúncia fez com que os jornalistas fossem atrás de informações e começassem a descobrir diversas irregularidades na própria Assembleia Legislativa do Paraná. (ALBERTI, 2012).

O passo inicial, segundo Alberti (2012), foi ir atrás de documentos com nome e informações sobre os deputados da Casa. “Fizemos uma tabela em Excel que hoje tem mais de 230 mil linhas. As nossas reportagens foram direcionadas por essa tabela. Tudo saiu disso”.

A análise foi feita em mais de 700 diários oficiais editados pela própria

Assembleia entre 1999 e 31 de Março de 2009. “A investigação revelou a existência de 2.178 atos secretos do Legislativo entre Janeiro de 2006 e Março de 2009. Todos publicados em diários oficiais avulsos, que serviam para ocultar nomeações, demissões e pagamentos irregulares” (KOHLBACH; BREMBATTI; ALBERTI; TABATCHEIK, 2010).

As reportagens transmitidas pela RPCTV mostraram a existência de atos secretos na Assembleia, indícios de desvio de dinheiro público, contratação de funcionários fantasmas, denominação dada às pessoas nomeadas para cargos públicos que jamais desempenham as atribuições que lhe cabem, e funcionários laranjas, pessoas que concordavam com o emprego público, cediam seus documentos, abriam contas bancárias, não iam trabalhar na Assembleia, porém apareciam para receber os salários. Além disso, os diários oficiais, que deveriam divulgar para a sociedade a forma como o dinheiro público é gasto, não eram efetivamente divulgados.

Segundo os jornalistas entrevistados pela autora, o trabalho é um exemplo pioneiro de integração entre mídia impressa, a tevê e a internet no Brasil. “Toda produção foi planejada considerando o que seria divulgado em cada mídia.” (ALBERTI, 2012).

No início da Série, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) não prestou nenhuma explicação sobre as denúncias, mas de acordo com a gravidade das informações, alguns nomes foram revelados, como os de Abib Miguel, ex-diretor geral da Alep, e José Nassif, ex-diretor administrativo.

A partir daí, houve uma pressão da opinião pública e providências foram tomadas. O deputado estadual Nelson Justus, na época presidente da Assembleia, que inicialmente negou as irregularidades, abriu uma sindicância interna e anunciou o recadastramento de todos os funcionários da Casa.

Com as demais acusações, os fatos foram se desenrolando e entre eles é possível destacar algumas informações mais relevantes. Na semana do dia 19/03/2010, Abib Miguel e José Nassif pediram afastamento do cargo e estudantes protestaram em frente à Casa. Duas semanas após, o Ministério Público abriu inquérito para investigar Nelson Justus e sindicalistas invadiram a Assembleia pedindo afastamento da mesa diretora. No dia 20/04/2010, a Assembleia Legislativa

exonerou 237 funcionários comissionados, 22 deles apontados em irregularidade na série Diários Secretos. (KOHLBACH; BREMBATTI; ALBERTI; TABATCHEIK, 2010).

Após dois anos da divulgação dos escândalos e das denúncias mostradas pela série Diários Secretos, segundo reportagem de Kohlbach, Brembatti (2012), em 16/03/2012, nenhum acusado do esquema de desvio de recursos na Assembleia foi julgado pela Justiça. Apesar de os julgamentos não terem ocorrido, o Ministério Público (MP) conseguiu bloquear os bens dos responsáveis pela gestão de recursos do Legislativo, em caráter de liminar. Os deputados Nelson Justus, ex-presidente da Casa, Alexandre Curi, ex-primeiro secretário e Nereu Moura, além do ex-deputado e atual conselheiro do Tribunal de Contas Hermas Brandão estão com os bens indisponíveis, pelo fato de responderem ações por improbidade administrativa, já que o MP entendeu que tiveram responsabilidade pelas nomeações de fantasmas.

Seis milhões e seiscentos mil reais é quanto o MP pede que seja devolvido aos cofres públicos pelos deputados acima. Também estão com os bens parcialmente bloqueados os ex-diretores da Assembleia Abib Miguel, conhecido como “Bibinho”, Cláudio Marques da Silva e José Ari Nassif. Esses respondem a ações criminais, pois, segundo o MP, teriam ficado com verba desviada. O MP pediu para bloquear setenta e seis milhões e seiscentos mil reais dos bens de Abib Miguel e que o mesmo valor fosse bloqueado também de Nassif.

No dia 07/05/2012, o Tribunal de Justiça do Paraná concedeu Habeas-corpus para Abib Miguel, que estava preso desde março de 2012 na Penitenciária de Piraquara, acusado de desviar duzentos e cinquenta milhões de reais dos cofres públicos, de ser o principal beneficiário do esquema montado na Assembleia e por atrapalhar o andamento do processo. Segundo promotores, era ele quem movimentava as contas bancárias dos funcionários fantasmas. (LOPES; KOHLBACH, 2012).

A reportagem também chama a atenção para a diminuição dos gastos na Assembleia devido à demissão de funcionários fantasmas e corte de pagamentos indevidos na remuneração dos servidores da Casa. “... o saldo – ao menos financeiro – é de uma economia média de quatro milhões e quinhentos mil reais todo o mês na folha de pessoal.” O número de empregados caiu de 2457 para 1460 funcionários, e agora há leis que estabelecem critérios para contratação.

#### 4.1 PRINCIPAIS ENVOLVIDOS

As denúncias divulgadas através da série Diários Secretos da RPCTV e Gazeta do Povo renderam quinze ações propostas pelo Ministério Público do Paraná. Oito delas na área cível, no âmbito das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público e outras sete ações na área criminal, que eram, a princípio, duas denúncias iniciais e foram desmembradas em sete ações. Essas informações foram passadas pela Assessoria do Ministério Público à autora.

Os acusados são: Alexandre Maranhão Khury (Ex 1º Secretário. Atual Presidente da Comissão de Redação e membro titular da Comissão de Constituição e Justiça), Abib Miguel (Ex-diretor), José Ary Nassif (Ex-diretor), Cláudio Marques da Silva (Ex-diretor), João Leal de Matos, Nelson Roberto Plácido Silva Justus (Ex-Presidente), Hermas Eurídes Brandão (Conselheiro do Tribunal de Contas), Nereu Alves de Moura (Presidente da Comissão de Orçamento e membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde), Geraldo Cartário Ribeiro, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, Luiz Carlos Monteiro, Cléia Lúcia Pereira Carazzai, Tais Serafim Souza da Costa, Daor Afonso Marins de Oliveira, Douglas Bastos Pequeno.

#### 4.2 MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: Campanha O Paraná que Queremos

Assim como os exemplos de escândalos citados anteriormente, que chamaram atenção para a criação de novas leis e movimentos, a Série gerou consequências positivas através de campanhas como “O Paraná que queremos”, que surgiu em resposta aos atos corruptos que ocorreram na Assembleia, na luta por um Paraná mais ético e transparente.

Criado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná e apoiado pela RPCTV, o movimento “O Paraná Que Queremos”, serviu para pedir transparência e ética na Assembleia Legislativa do Paraná. A campanha foi iniciada em Abril de 2010, após a divulgação pela imprensa das denúncias de contratações irregulares e desvio de recursos públicos na Assembleia Legislativa. Segundo matéria no site da Gazeta do Povo, em 16/05/2010, “a iniciativa conclama a população a não deixar

que os escândalos sejam colocados “para debaixo do tapete” e a trabalhar pela valorização de um Paraná justo, honesto e à altura de todos os paranaenses.”.

O texto de lançamento do movimento dizia:

Hoje existem dois Paranas. Um é exemplo de riqueza e modernidade, que acorda cedo para trabalhar. Enquanto outro vive no submundo da corrupção, dos empregos fantasmas da Assembleia. Há um Paraná que exige respeito e reconhecimento da sua importância perante o país. E um Paraná que prefere ficar às sombras. Afinal, que Paraná queremos? (GARCIA, 2010).

Em 14/05/2010, conforme reportagem na RPCTV, o movimento que começou com protestos isolados de alguns partidos políticos e da OAB-PR cresceu e já tinha o apoio de 28 entidades representativas, entre elas: Associação Comercial do Paraná, Associação Brasileira de Ética e Respeito ao Cidadão, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, Central Única dos Trabalhadores, Federação do Comércio do Paraná, Federação das Indústrias do Paraná, Instituto dos Advogados do Paraná, Sindicato das Escolas Particulares do Paraná e Universidade Federal do Paraná.

Segundo o Presidente da OAB nacional entre 2004 e 2007, Roberto Antônio Busato, em matéria de Garcia (2010), para a Gazeta do Povo, no dia 16/05/2010, a iniciativa “expressa a repulsa do povo a esse estado de coisas que enlameou o nome do Paraná perante o Brasil. Não é possível que a Assembleia tenha chegado num ponto desses sem que houvesse a participação de diretores e da Mesa Executiva ao longo dos tempos.”.

O Presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Rodrigo da Rocha Loures, comentou também que “A campanha é boa, oportuna e necessária por promover essa mobilização social para a construção de uma grande corrente de mudança no cenário político. Ela vai na linha do anseio que já ficou muito claro do povo paranaense pela moralização dos nossos políticos. O movimento se sustenta justamente no desconforto generalizado sentido pela população diante desses escândalos.”

Para o presidente do Conselho Regional de Arquitetura do Paraná (Crea-PR), Álvaro Cabrini Júnior, “A população precisa saber o que acontece na Assembleia. Não tem que existir nada em sigilo no que diz respeito ao uso do dinheiro público.

Tudo precisa ser transparente e publicado na internet. Sem dúvida o povo do Paraná vai ser o grande beneficiado por essa ação de cidadania da OAB.”

Avani Slomp Rodrigues, presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), acredita que “a campanha é um estímulo para que a população exerça seu direito de cidadão de fiscalizar e monitorar o dinheiro aplicado em impostos.”.

Em 10/06/2010 o movimento contava com o apoio de mais de 470 instituições representativas de classe, 900 empresas e 23 mil pessoas que aderiram ao manifesto pelo site [www.novoparana.com.br](http://www.novoparana.com.br).

Em artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, em 08/06/2010, o Presidente da OAB/PR, José Lúcio Glomb, diz que:

À pronta manifestação da OAB/PR e à efetiva ação do Ministério Público vieram as adesões de milhares de instituições, empresas e cidadãos indignados com os desvios, os funcionários fantasmas, a inexistência de registros, de controles, os diários secretos, as edições avulsas, representando modalidades diversas e imaginativas para a apropriação de recursos dos contribuintes. (GARCIA, 2010).

Ao final do movimento, o número de apoiadores cresceu para 617 instituições representativas de classe, 1.507 empresas e mais de 98 mil pessoas que aderiram ao manifesto.

#### 4.2.1 Manifestação na Boca Maldita

O ato público ocorreu dia 08 de Junho de 2010, terça-feira, a partir das 18 horas, na Boca Maldita, região central da capital paranaense. Cerca de 30 mil pessoas teriam passado pela Rua XV de Novembro, durante as 3 horas que durou a manifestação. O pedido do movimento era a moralização da política e o afastamento da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Paraná.

Estavam reunidos representantes dos mais variados segmentos da sociedade paranaense, centenas de entidades entre associações de classe de diversas categorias, sindicatos de trabalhadores, estudantes e a comunidade em geral.

A movimentação junto ao palco montado na Boca Maldita começou a partir das 17h, com algumas apresentações artísticas. Simultaneamente, outras cidades do Paraná também fizeram manifestações: Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Foz

do Iguazu, Guarapuava, Paranaíba, Pato Branco, campo Mourão, Paranaguá, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Imbituva, Rio Negro, Umuarama.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, esteve em Curitiba participando do ato público, e em entrevista à imprensa, no mesmo dia, elogiou a campanha iniciada pela OAB Paraná. Segundo Ophir, citado por Garcia (2010):

Não é uma situação exclusiva do Brasil. Em geral os legislativos estaduais são uma caixa fechada que aos poucos começam a se abrir. A sociedade está aos poucos abrindo isso. Mas tem estado com situações melhores que pelo menos fazem concurso público para contratar funcionários. A Assembleia Legislativa do Paraná não faz concurso desde 1962. (GARCIA, 2010).

Para José Lúcio Glomb, Presidente da OAB/PR:

Hoje seremos milhares na Boca Maldita. Como é da natureza de nosso povo, pacificamente. Não levaremos mais que a nossa voz, porque não existe nada mais ensurdecedor que a voz da indignação. A exigência que fazem todos os segmentos da sociedade paranaense haverá de ser ouvida. Um novo Paraná começa a despertar: ético, de gente trabalhadora, honesta, transparente, digna. Ele sempre existiu. Agora mobiliza-se. Um Paraná que servirá de exemplo ao País. É esse o Paraná que queremos. (GARCIA, 2010).

Durante a manifestação contra a corrupção na política, foi apresentado um anteprojeto de lei que estabelecia mecanismos para garantir mais transparência na administração pública do estado. Segundo o Presidente da OAB Paraná, José Lúcio Glomb, em artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, em 08 de Junho de 2010 a proposta elaborada pela Associação Paranaense dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe) com o apoio da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), foi entregue aos deputados estaduais que já haviam se manifestado favoráveis ao afastamento dos integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná. Também foi entregue um ofício com sugestões de algumas ações para serem adotadas de imediato na Assembleia. Os documentos foram entregues ao deputado estadual Tadeu Veneri, que fez a entrega oficial das sugestões ao ex-presidente da Casa, deputado Nelson Justus, durante sessão no

dia 09 de Junho de 2010. Os dois textos na íntegra aparecem nos anexos do trabalho.

Após um mês do ato público realizado na Boca Maldita, segundo matéria no site da Gazeta do Povo em 08 de Julho de 2010, em reunião de balanço do movimento, José Lúcio Glomb, presidente da Seccional Paraná, relatou aos presentes que o ex-presidente da Assembleia Legislativa havia enviado um ofício à OAB Paraná, em resposta às propostas de mudanças apresentadas durante a realização do ato público, justificando que as propostas ainda não haviam sido implementadas devido à dificuldade na legislação.

Nesta reunião, os integrantes do movimento falaram sobre a importância de intensificar a coleta de assinaturas no manifesto contra a corrupção. Essa adesão poderia ser feita através do site [www.oparanaquequeremos.com.br](http://www.oparanaquequeremos.com.br), fora do ar atualmente, onde era possível, inclusive, imprimir um formulário para coletas de assinaturas manualmente. Essas assinaturas deveriam ser entregues quinzenalmente na Seccional para serem incluídas no site. A intenção era que até o dia 1º de Outubro de 2010, fossem coletadas 300 mil assinaturas no manifesto. Além do site, foi proposto pelo vice-presidente da RPC, Guilherme Cunha Pereira, que o movimento atingisse cidades mais distantes do estado através de uma campanha de adesivagem com o decalque “O Paraná que Queremos – Eu apoio”

Já a Força Sindical, representada pelo assessor de comunicação, Glaucio Dias, apresentou projetos como jornal e impressos com linguagem popular para atingir todas as camadas sociais.

Em 13 de Julho de 2010, segundo Garcia; Ribeiro (2010) o projeto da Lei da Transparência encaminhado à Assembleia pelo movimento foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. A matéria foi votada em plenário, em primeira discussão, em 14 de Julho de 2010. Apenas dois itens do projeto sofreram emendas. Os deputados modificaram o art. 4º, que determinava a aplicação de uma multa às autoridades que não publicaram seus atos. Já os art. 5º e 6º, que falavam sobre o nepotismo, foram suprimidos porque os parlamentares entenderam que a matéria já está prevista na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e também na lei estadual 16.522/2010, aprovada pelo legislativo.

A votação definitiva que seria em 10 de Agosto de 2010 foi prorrogada para adequação de algumas emendas. Finalmente, em 24 de Agosto do mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a emenda substitutiva-geral ao projeto da Lei de Transparência. Segundo o deputado Luiz Claudio Romanelli, a principal mudança no projeto foi a inclusão das sociedades de economia mista e entidades paraestatais no rol das instituições que devem publicar todos os atos oficiais que impliquem na realização de despesas públicas. Também devem ser publicados os benefícios fiscais que são concedidos às empresas.

Para o presidente da OAB Paraná, Glomb, a aprovação do projeto significou uma vitória para a sociedade e para as entidades que participaram do movimento O Paraná Que Queremos. O projeto foi aprovado em sessão extraordinária da Assembleia por 46 votos a dois.

Em 26 de Outubro de 2010, o governador Orlando Pessuti sancionou a lei nº 265/2010, conhecida como Lei da Transparência. A lei foi sancionada sem vetos e dentro de 180 dias os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Paraná deveriam publicar suas despesas no Diário Oficial do Estado.

Através das manifestações públicas a sociedade conseguiu demonstrar a insatisfação e desaprovação com a situação da Assembleia Legislativa do Paraná, lutando pela volta de ética e transparência dos governantes perante suas ações.

## 5 O CAMINHO METODOLÓGICO

O interesse pela análise da série “Diários Secretos” veio da curiosidade em entender a forma pela qual a Rede Paranaense de Comunicação, após disponibilizar por quase dois anos, uma equipe de jornalistas para investigar denúncias sobre os diários oficiais da Assembleia Legislativa do Paraná, relatou o caso através de uma série de reportagens especiais. Para isso, busca-se verificar o modo como o jornalismo atuou na transmissão desse escândalo político.

Assim, a pesquisa iniciou-se através de um levantamento das reportagens que foram transmitidas na Série para avaliar que fatores poderiam ser analisados conforme construção da notícia, ressaltando o que havia de diferente entre reportagens cotidianas, como abordagem do tema e tempo.

Como se tratava de um escândalo político, em sequência foi feita uma revisão bibliográfica para confirmar que o caso se caracterizava como tal, diante do conceito de Thompson.

Paralelo à pesquisa bibliográfica, a etapa inicial incluiu também entrevistas em profundidade com os jornalistas produtores da Série para compreender o porquê da investigação e denúncia resultarem em reportagens especiais e a logística desse trabalho. As entrevistas foram realizadas com o Jornalista e Produtor da RPCTV, Dirk Lopes, James Alberti, Jornalista responsável pela investigação do caso e Wilson Serra, Diretor de Telejornalismo da RPCTV.

Após pesquisa inicial, foram transcritas as entrevistas, que forneceram informações importantes para o entendimento de como e onde surgiu a denúncia e como foi feito o trabalho de investigação. Também foi feita gravação de todas as reportagens que compunham a Série, o que permitiu quantificar e visualizar a frequência com que eram transmitidas pela emissora.

Com base nas informações levantadas, tanto na pesquisa de campo como na bibliográfica, foram estabelecidos os fundamentos teóricos para o desenvolvimento da análise de reportagens da série “Diários Secretos”, veiculadas nos telejornais locais, Paraná TV, 1ª e 2ª edição, transmitidas pela Rede Paranaense de Comunicação, selecionadas a partir de critérios que levaram em conta a abordagem do assunto, as denúncias e o tempo de veiculação.

A partir do resultado foi realizada uma análise de conteúdo nas reportagens selecionadas, sendo possível levantar dados como as fontes de informação, enfoques trabalhados no texto e informações relevantes e secundárias na construção das matérias jornalísticas.

## 5.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS

De acordo com o tipo de questão a ser respondida, que é: “De que forma a mídia intermediou o escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná, através da série “Diários Secretos”, entre representantes e sociedade sendo que para uma parcela da população a tevê é a principal fonte de informação?”, o estudo de caso é uma das alternativas possíveis de estratégia de pesquisa a ser utilizada na análise do objeto em questão.

Além disso, com o objetivo de aperfeiçoar a pesquisa, porém consciente das limitações de alguns estudos nessa área, foi adotada a *análise de conteúdos* para que se tivesse também uma visão quantitativa na análise da série Diários Secretos.

### 5.1.1 Estudo de Caso

Considerado um método qualitativo, o estudo de caso ajuda a responder questões do tipo “como” e “por que” através de sua análise e construção.

Segundo Yin (2005, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”.

Para o autor, é essencial que seja desenvolvido um projeto de pesquisa, um plano de ação, e que este componha cinco elementos fundamentais: as questões de estudo; suas proposições se houver; suas unidades de análise; a lógica que une os dados às proposições e os critérios para interpretar as constatações.

A elaboração desses cinco elementos possibilita saber que dados devem ser coletados e quais as estratégias de análise dos mesmos. “O projeto de pesquisa é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais

do estudo e, em última análise, às suas conclusões”. Trata-se de um verdadeiro plano de ação composto por um conjunto inicial de questões a serem respondidas e um conjunto de conclusões a serem obtidas sobre essas mesmas questões.

Nachmias e Nachmias (apud Yin, 2005, p.41) descrevem um projeto de pesquisa como:

um plano que conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações. É um modelo lógico de provas que lhe permite fazer inferências relativas às relações causais entre as variáveis sob investigação. O projeto de pesquisa também define o domínio da generalização, isto é, se as interpretações obtidas podem ser generalizadas a uma população maior ou a situações diferentes. (YIN, 2005, p.41).

Portanto, como já apresentado, o estudo de caso aparece como uma estratégia a ser utilizada no desenvolvimento do corpus escolhido e dos objetivos do projeto.

#### 5.1.2 Análise de Conteúdo

A fim de encontrar os caminhos metodológicos de estudo do objeto desta dissertação, optou-se pela análise de conteúdo como metodologia principal, por esta possibilitar uma amplitude ao autor, na observação de detalhes da série Diários Secretos em sua totalidade. É possível, através desta metodologia, alcançar resultados satisfatórios quando se observam detalhes como a presença de fontes, número de reportagens, classificação das mesmas etc. Tal análise é possibilitada por várias características que esse método possui.

A análise de conteúdo é o método científico que permite ao pesquisador destacar questões associadas a vários temas, como representações, ou seja, é possível contabilizar notícias para verificar quem são os personagens mais frequentes, por exemplo. (SOUZA, 2004). Nesta metodologia, é possível, segundo o autor, refletir sobre o que é fornecido ao leitor (espectador) dos conteúdos midiáticos. “(...) ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado” (MARQUES DE MELO, in SOUZA, 2004, p. 663).

O autor ainda complementa relatando que, através da forma quantitativa, a análise de conteúdo auxilia na mensuração de textos e, com as conclusões expressas de maneira numérica, permitem a comprovação do projeto.

Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 03), seguem essa mesma linha de pensamento, ao afirmarem que “a análise de conteúdo tem sido muito utilizada na análise de comunicações nas ciências humanas e sociais”, e que, apesar de ser um método mais comumente adotado em pesquisas qualitativas é considerado um conjunto de técnicas quantitativas.

(...) a contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise. (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 03-04).

Bauer (2002) comenta que a análise de conteúdo oscila entre dois pólos, o do formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador.

Segundo Bardin (1994, p.21):

na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa, é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (BARDIN, 1994, p.21).

A autora comenta ainda que o termo análise de conteúdo envolve iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo das mensagens, sendo possível efetuar deduções lógicas e justificadas conforme a origem dessas mensagens. Sendo assim, o termo resume-se a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1994, p. 42).

Para a constituição do *corpus*, “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”, Bardin (1994, p.96-97) coloca quatro regras principais a serem seguidas, que são: *de exaustividade* – todos os documentos relativos ao assunto pesquisado, ou seja, todas as reportagens da Série – *de homogeneidade* – todas as peças analisadas são reportagens televisivas – *de pertinência* – os documentos são adequados enquanto fonte de informação e *de representatividade*, que pode ser caracterizado pelo tempo total das reportagens da série e também a presença/ausência das fontes e personagens existentes nesses conteúdos jornalísticos. Aliado a estes, ainda há a importância atribuída a cada notícia dentro do contexto jornalístico do programa Paraná TV (1ª e 2ª edição).

Com base nesses conceitos, a análise foi realizada a partir do monitoramento dos telejornais descritos a seguir.

## 5.2 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: análise das reportagens televisivas da Série

### 5.2.1 Período de monitoramento

As reportagens que formam o corpo de análise fazem parte do que foi transmitido pela RPCTV, nos telejornais Paraná TV 1ª e 2ª edição, excluindo, portanto as reportagens do jornal impresso, Gazeta do Povo.

A análise foi feita nas reportagens que tiveram vinheta de abertura para reportagem especial e tinham ao fundo o nome “Diários Secretos”. Vale ressaltar que também foram analisadas outras matérias transmitidas neste período, falando sobre as consequências das denúncias da Série ou que eram entrevistas ao vivo no estúdio.

Entrevistas, Stand up, notas cobertas, notas dos apresentadores, reportagens posteriores à Série, bem como apresentações e chamadas das respectivas reportagens foram observadas, sendo estes materiais de apoio, elementos históricos significativos, que colaboram para um relevante referencial, pautando assim um melhor entendimento do conteúdo diretamente ligado aos “Diários Secretos”.

A Série foi transmitida de 15 de Março de 2010 a 22 de Março de 2010, tendo reportagens especiais todos os dias. Reportagens especiais são, de acordo com

Carvalho (2010), aquelas matérias jornalísticas, que recebem um tratamento mais primoroso, tanto de conteúdo como plástico. Além disto, elas exigem do jornalista mais preparo, poder de entendimento sobre o tema e uma leitura mais aprofundada sobre a realidade tratada. Elas geralmente aprofundam assuntos que possuem grande interesse público e, podem ser retratadas através de uma única reportagem ou através de séries, como é o objeto desta dissertação. Diferente de reportagens veiculadas diariamente, a série de reportagens Diários Secretos teve características de reportagens especiais pelo seu aprofundamento no conteúdo, o interesse público no tema e a leitura aprofundada sobre as causas e consequências do tema. Também possuiu como característica de reportagens especiais, a veiculação através de uma série, intitulada Diários Secretos, noticiada diariamente.

O trabalho dos autores da série divulgou, como apresentado, durante uma semana, reportagens especiais sobre a contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa do Paraná. Após essa primeira semana, o tema ainda era abordado, porém em dias alternados e com matérias sobre as consequências das denúncias. Essas matérias apareceram de forma mais regular até 10 de Maio de 2010 e após esse período tiveram reportagens em outros meses com intensidade menor contendo repercussão do tema anteriormente exibido, mas não apresentando novas denúncias.

As reportagens foram decupadas com o intuito de verificar os elementos componentes da construção das matérias jornalísticas, com atenção especial à parte relativa aos elementos constitutivos principais das reportagens, como o tempo de duração das notícias, a presença/ausência de fontes, a importância dada ao assunto dentro do telejornal, entre outros.

### 5.2.2 Planilha de coleta de dados para análise

Para iniciar a análise de conteúdo dos temas apresentados pela RPC durante a cobertura dos “Diários Secretos”, optou-se por inserir as reportagens em tabelas, seguindo as identificações de Bardin<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As quatro regras de Bardin foram explicadas em itens, no capítulo referente à metodologia utilizada e, por isto, não será apresentada novamente tal explicação.

As regras que dizem respeito à exaustividade e pertinência são verificadas nas tabelas e quadros a seguir, já que todos os documentos do tema foram tabulados e são fontes de informação para a pesquisa. No total, a RPC veiculou peças jornalísticas nos meses de março, abril e maio de 2010. Esse total representa 21 edições que continham divulgação sobre o tema. Durante este período, 50 produtos jornalísticos sobre os Diários Secretos foram veiculados na programação dos dois telejornais analisados, lembrando que a análise leva em conta a produção de qualquer peça jornalística (reportagem, comentário, entrevista, nota pelada, entre outros).

O segundo item, que trata da homogeneidade, está representado pela presença/análise apenas dos telejornais da RPC e não dos produtos impressos do mesmo Grupo (GRPCOM).

Por fim, a regra de representatividade, como dito anteriormente, é caracterizada pelo tempo de duração do tema dentro de cada telejornal pesquisado, pelo total das reportagens da série e pela presença/ausência das fontes e personagens existentes nesses conteúdos jornalísticos, sendo a amostra significativa diante do total veiculado, já que foram analisados todos os produtos jornalísticos veiculados no período de transmissão da série.

Os dois telejornais analisados são o Paraná TV 1ª e 2ª edição. O Paraná TV Primeira Edição possui, geralmente, 50 minutos de duração. Já o Paraná TV Segunda Edição é mais conciso, ficando com uma média de 20 minutos. O que é possível observar é que o segundo telejornal, muitas vezes, é um compacto do que é divulgado no primeiro, ou seja, a edição recorta os pontos das principais notícias e veicula novamente à noite. Dentro desse tempo de veiculação do produto final, há uma variedade de produtos jornalísticos e pautas, como, por exemplo, política, esporte, saúde, entre outros, apresentados através de reportagens, notas cobertas, reportagens especiais, entre outros.

A tabela abaixo mostra que, no período em que as reportagens do caso foram veiculadas, a média de tempo destinado para a apresentação do mesmo foi de aproximadamente cinco minutos diários dentro do telejornal Paraná TV 2ª Edição e de sete minutos na programação diária do Paraná TV 1ª Edição. É importante

destacar que esta é a soma de todos os produtos jornalísticos apresentados no dia, incluindo reportagens, notas peladas, etc.

Tabela 1 – Duração de todos os produtos veiculados no telejornal sobre a Série  
Fonte: a autora

<b>Data de veiculação</b>	<b>Telejornal</b>	<b>Tempo de duração</b>
15/03	2ª Edição	6'40''
16/03	2ª Edição	9'16''
17/03	1ª Edição	8'27''
17/03	2ª Edição	6'15''
18/03	1ª Edição	8'38''
18/03	2ª Edição	9'48''
19/03	1ª Edição	2'37''
19/03	2ª Edição	7'51''
20/03	1ª Edição	3'40''
20/03	2ª Edição	3'20''
22/03	1ª Edição	7'59''
22/03	2ª Edição	5'45''
26/03	1ª Edição	11'36''
07/04	2ª Edição	2'54''
13/04	2ª Edição	3'21''
14/04	2ª Edição	1'42''

19/04	2ª Edição	2'54''
24/04	2ª Edição	2'29''
26/04	1ª Edição	3'26''
08/05	2ª Edição	2'46''
10/05	1ª Edição	7'26''

Para auxiliar na análise, optou-se por dividir a mensuração dos resultados em três quadros distintos. O quadro 01 é dividido em três colunas. Na primeira coluna está disposta a data de veiculação do produto jornalístico, na segunda, o telejornal em que o mesmo foi divulgado e, na terceira coluna, as palavras-chaves (retranca) para compreender o assunto trabalhado.

<b>Data de veiculação</b>	<b>Telejornal avaliado</b>	<b>Retranca/palavra chave</b>
15/03/2010	Paraná TV 2a edição	Assembleia, Diários Oficiais, Fraude, Funcionários fantasmas, Diário Avulso
15/03/2010	Paraná TV 2a edição	Funcionária fantasma, Vanilda
15/03/2010	Paraná TV 2a edição	Diários Secretos, Série
16/03/2010	Paraná TV 2a edição	Justus, sindicância, denúncias
16/03/2010	Paraná TV 2a edição	Justus, Vanilda
16/03/2010	Paraná TV 2a edição	Justus, sindicância, denúncias
16/03/2010	Paraná TV 2a edição	Vanilda, Plenário, transparência
16/03/2010	Paraná TV 2a edição	Diários, Abib Miguel, Funcionários laranjas
17/03/2010	Paraná TV 1a edição	Irregularidades, Diários, Promotoria
17/03/2010	Paraná TV 1a edição	Irregularidades, Diários, Promotoria
17/03/2010	Paraná TV 2a edição	Diários, Fantasmas, Salários
17/03/2010	Paraná TV 2a edição	Justus, recadastramento anual, funcionários
18/03/2010	Paraná TV 1a edição	ONG, Denúncias

18/03/2010	Paraná TV 1a edição	ONG, Denúncias
18/03/2010	Paraná TV 2a edição	Diários, lista internet, funcionários
18/03/2010	Paraná TV 2a edição	Protesto, Assembleia, Internet
18/03/2010	Paraná TV 2a edição	Repercussão, denúncias
18/03/2010	Paraná TV 2a edição	Justificativa, reportagem
18/03/2010	Paraná TV 2a edição	Afastamento, Diretor, Assembleia
19/03/2010	Paraná TV 1a edição	Afastamento, Diretor, Abib Miguel
19/03/2010	Paraná TV 2a edição	Entrevista, Justus, Diários
19/03/2010	Paraná TV 2a edição	Entrevista, Procurador, Ministério
19/03/2010	Paraná TV 2a edição	Esquema, fantasma, lista transparência
20/03/2010	Paraná TV 1a edição	Irregularidades, fantasmas
20/03/2010	Paraná TV 2a edição	Trabalho inédito, prática Diários Avulsos, Pesquisa internet
22/03/2010	Paraná TV 1a edição	Publicação, Diários, internet
22/03/2010	Paraná TV 1a edição	
22/03/2010	Paraná TV 1a edição	Contratação funcionários, demissões
22/03/2010	Paraná TV 1a edição	Repercussão, denúncias, Paraná
22/03/2010	Paraná TV 2a edição	Investigação, Ministério Público, Documentos, Internet
22/03/2010	Paraná TV 2a edição	Divulgação, internet, diários
26/03/2010	Paraná TV 1a edição	Ministério Público, investigações, suspeitos
26/03/2010	Paraná TV 1a edição	Análise material, indicação Ministério Público, movimentações, lavagem de dinheiro
07/04/2010	Paraná TV 2a edição	exoneração, deputados
07/04/2010	Paraná TV 2a edição	Funcionário, Assembleia, contratação e exoneração
13/04/2010	Paraná TV 2a edição	Funcionários, irregularidade, rede parentes
13/04/2010	Paraná TV 2a edição	levantamento nomes, gabinete presidência
13/04/2010	Paraná TV 2a edição	Exoneração, funcionários
14/04/2010	Paraná TV 2a edição	Protesto, invasão Assembleia, Tribunal de Contas
19/04/2010	Paraná TV 2a edição	Exoneração, diários oficiais, irregularidades
19/04/2010	Paraná TV 2a edição	Diários, numeração, irregularidade

24/04/2010	Paraná TV 2a edição	Prisão, falsificação, lavagem de dinheiro público
24/04/2010	Paraná TV 2a edição	Prisão, nomes
26/04/2010	Paraná TV 1a edição	Investigação, prisão funcionários
08/05/2010	Paraná TV 2a edição	Apreensão documentos, gráfica, prisão
08/05/2010	Paraná TV 2a edição	Prisão, apreensão
10/05/2010	Paraná TV 1a edição	Dinheiro público, funcionários
10/05/2010	Paraná TV 1a edição	assessores, eleição
10/05/2010	Paraná TV 1a edição	impedimento legal, agente político
10/05/2010	Paraná TV 1a edição	Funcionário, dinheiro público

Quadro 1 – Veiculação das reportagens

Fonte: a autora

O que é possível observar no quadro acima é que, pela retranca das peças, os dois telejornais repetiam as notícias já veiculadas, ou seja, um telejornal acabava repetindo a reportagem ou assunto já tratado no anterior, coincidido muito as retrancas apresentadas. O mesmo tema também reaparecia dentro do próprio telejornal, como é possível observar nas retrancas, tendo como exemplo o dia 18 de Março. Esse recurso, segundo McCombs (2009), incide altamente na opinião pública já que, ao repetir exaustivamente o fato, a mídia impõe uma saliência do tema no público. Ao retomar o tema por um período grande, o impacto aumenta.

O autor comenta que quanto mais os mass media colocam em evidência a notícia, maior será a possibilidade de agendar o público. Pode-se observar então que, tanto a 1ª edição do telejornal como a 2ª edição foram incisivas no destaque do tema e, portanto, tiveram as possibilidades abertas para o agendamento.

Se observar o quanto a pauta esteve presente nos telejornais analisados, chega-se a algumas observações, como no dia 10 de maio, a presença de quatro peças jornalísticas sobre o mesmo assunto dentro do mesmo telejornal. Geralmente, o veículo divulga uma notícia sobre determinado tema e, caso o objetivo seja dar mais destaque ao assunto, é feita a segunda peça sobre o mesmo. Raramente um produto do telejornal ganha tanta relevância dentro da programação.

Outro detalhe é a apresentação diária do tema. Durante a semana do dia 15 de março até o dia 22, todos os dias, a RPC veiculou peças sobre o tema. Essa

exaustão no assunto é outro aspecto apresentado por McCombs (2009) quando trata do agendamento.

Os *mass media* são professores cuja principal estratégia de comunicação é a redundância. Uma e outra vez, nossos professores dos *mass media* repetem tópicos, às vezes com grande ênfase, noutras épocas só de passagem. Em primeiro lugar é a cumulação destas lições num período de uma a oito semanas que é refletida nas respostas dos estudantes cidadãos quando nós perguntamos sobre os mais importantes temas que a nação enfrenta. (MCCOMBS, 2009, p. 80).

Para dar continuidade à análise, apresenta-se o segundo quadro, que trabalha com quatro colunas. A primeira contém a data de veiculação dos produtos e a segunda o lead<sup>2</sup> da notícia. O tempo de duração do produto está na terceira coluna, bem como a caracterização/tipo do produto, na quarta.

Para compreender o tipo de reportagens, neste trabalho entende-se por Reportagem especial, já apresentada seu conceito padrão acima, todas aquelas que vêm após a vinheta de chamada da série Diários Secretos. Mas ressalta-se que as reportagens especiais, como apresenta Carvalho (2010), possuem muitas outras propriedades para sua caracterização como tal. As reportagens são as colocadas no telejornal sem a vinheta da série, mas com presença de repórter e entrevistados. Já a nota coberta é classificada com apenas imagens do tema e, a nota pelada, apenas a fala do apresentador. Quando aparecem as entrevistas realizadas ao vivo, no estúdio do telejornal, mesmo que seja apresentada pela vinheta da série, ela foi classificada como entrevista em estúdio, pois o produto jornalístico é distinto das reportagens (mais elaboradas e não realizadas ao vivo).

<b>Data de veiculação</b>	<b>Lead sobre a peça</b>	<b>Tempo de exibição</b>	<b>Tipo de peça jornalística</b>
15/03/2010	Primeira matéria da Série Diários Secretos, que fala sobre a fraude na Assembleia Legislativa do Paraná e a denúncia sobre os funcionários fantasmas	4'30"	Reportagem especial
15/03/2010	Informações sobre funcionária fantasma, Vanilda	21"	Nota pelada/seca
15/03/2010	Existência dos diários secretos. Repórter	45"	Nota pelada/seca

---

Lead/lide: De acordo com o Manual da redação da Folha de São Paulo, entende-se por lead a introdução do leitor a reportagem para que se possa despertar um interesse no início da reportagem, atendendo às perguntas de: Quem, quando, onde, como e porque. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2005 p. 29).

	mostra exemplares de Diários Avulsos. Comentários sobre a Série Diários Secretos.		
16/03/2010	Nelson Justus abre sindicância sobre as denúncias feitas na Série Diários Secretos	22"	Nota pelada/seca
16/03/2010	Comentário sobre o que Nelson Justus fala da funcionária Vanilda	25"	Nota pelada/seca
16/03/2010	Nelson Justus abre sindicância sobre as denúncias feitas na Série Diários Secretos. Fala em plenário.	1'36"	Reportagem
16/03/2010	Função da funcionaria Vanilda e sessão do dia na Assembleia. Comentários sobre transparência	44"	Nota pelada/seca
16/03/2010	Quem é a pessoa que controla a Assembleia e montou a rede de servidores que moram em outros estados, pagos com dinheiro público e não moram no Paraná	5'02'	Reportagem especial
17/03/2010	Entrevista com o Procurador de Justiça Arion Rolin Pereira, Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público	3'22"	Entrevista em estúdio
17/03/2010	Entrevista com o Procurador de Justiça Arion Rolin Pereira, Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público	4'56"	Entrevista em estúdio
17/03/2010	Pessoas que receberam salários da Assembleia e nunca foram trabalhar	2'40"	Reportagem especial
17/03/2010	Decisão do Presidente da Assembleia sobre cadastramento anual de funcionários	1'40"	Reportagem
18/03/2010	Entrevista com presidente de instituição que fiscaliza orçamentos e gastos públicos	4'44"	Entrevista em estúdio
18/03/2010	Entrevista com presidente de instituição que fiscaliza orçamentos e gastos públicos	2'51"	Entrevista em estúdio
18/03/2010	Diários oficiais trazem 600 funcionários que não constam na lista oficial da internet	4'20"	Reportagem especial
18/03/2010	Protesto no plenário	1'15"	Reportagem
18/03/2010	Repercussão nacional das denúncias	1'30"	Reportagem
18/03/2010	Justificativa de erro em reportagem	21"	Nota pelada/seca
18/03/2010	Afastamento de Abib Miguel	32"	Quadro/coluna/Boletim/Stand up
19/03/2010	Afastamento de Abib Miguel e Rede de funcionários que mantinha	1'29"	Reportagem
19/03/2010	Entrevista exclusiva com Nelson Justus. Primeira manifestação do Presidente da Assembleia sobre os diários secretos	3'21"	Entrevista externa
19/03/2010	Entrevista com Procurador Geral de Justiça sobre atuação do Ministério Público nas investigações	28"	Entrevista externa
19/03/2010	Funcionária fantasma revela como funciona o esquema	2'28"	Reportagem especial
20/03/2010	Apuração das irregularidades da Assembleia, como a existência de funcionários fantasmas	2'47"	Reportagem especial
20/03/2010	Explicação sobre a pesquisa feita pelos jornalistas, nos Diários, para identificar	2'20"	Reportagem especial

	atos, licenças e outras informações sobre a Assembleia		
22/03/2010	Medidas tomadas pela Assembleia sobre as denúncias de irregularidades apontadas na Série	50"	Quadro/coluna/Boletim/Stand up
22/03/2010	Informações sobre o posicionamento de deputados e funcionários da Alep	55"	Quadro/coluna/Boletim/Stand up
22/03/2010	Contratação de funcionários na Assembleia é maior que em empresas privadas	2'22"	Reportagem especial
22/03/2010	Repercussão da Série e denúncias no Estado do Paraná, em diversos setores	2'00"	Reportagem
22/03/2010	Andamento da investigação do Ministério Público. Documentos utilizados na Série podem ser consultados pela internet	1'57"	Reportagem
22/03/2010	Nelson Justus dá prazo de dois meses para divulgação na internet dos diários oficiais	2'17"	Reportagem
26/03/2010	Entrevista com Fuad Farah, Promotor de Justiça, falando sobre requerimento enviado ao Promotor Geral sobre o Ministério Público e suspeitos andarem juntos na investigação	7'55"	Entrevista em estúdio
26/03/2010	Reação negativa dentro do Ministério Público sobre indicação de representantes para investigação. Análise do material entregue a polícia que serviram de base para as reportagens da RPC	2'20"	Reportagem
07/04/2010	Comentário sobre exonerações feitas pelos deputados	39"	Nota pelada/seca
07/04/2010	Pessoa continua no quadro de funcionários da Assembleia mesmo depois de morto	2'15"	Reportagem especial
13/04/2010	Assessor da presidência mantém rede de parentes empregados no Legislativo	1'50"	Reportagem especial
13/04/2010	Busca de informações na Assembleia sobre funcionários irregulares lotados no gabinete da presidência	54"	Reportagem
13/04/2010	Informação sobre exoneração de funcionários da Alep	37"	Nota pelada/seca
14/04/2010	Manifestação de estudantes e movimentos sociais para pedir apuração rigorosa das denúncias	1'42"	Reportagem
19/04/2010	Exoneração de funcionários aparece com datas erradas	2'10"	Reportagem
19/04/2010	Bagunça na Assembleia, diários não seguem numeração correta	44"	Comentário/opinião
24/04/2010	Prisão temporária de dez pessoas, incluindo o ex diretor geral Abib Miguel, pela polícia que combate crimes organizados	2'19"	Reportagem
24/04/2010	Relação de envolvidos no esquema que foram presos	10"	Nota pelada/seca
26/04/2010	Reunião na Assembleia para divulgação das considerações sobre a investigação interna e prisão de funcionários	3'26"	Reportagem

08/05/2010	Polícia apreende documentos da Assembleia e prende responsável da gráfica	2'27"	Reportagem
08/05/2010	Prisão de funcionários e apreensão de documentos da Assembleia	19"	
10/05/2010	Funcionários da Assembleia utilizam dinheiro público em benefício próprio	3'20"	Reportagem
10/05/2010	Trabalho de assessores em meses que antecedem eleição	38"	Reportagem
10/05/2010	Não há impedimento legal para o exercício da atividade de agente político	28"	Nota pelada/seca
10/05/2010	Funcionário pessoal é pago com dinheiro público	3'00"	Comentário/opinião

Quadro 2 – Caracterização/tipo de peça jornalística

Fonte: a autora

Com o quadro acima, é possível notar a quantidade de reportagens especiais que foram transmitidas no período de veiculação do caso. Essas reportagens especiais eram o principal produto jornalístico que compunham a série Diários Secretos e, segundo os jornalistas entrevistados, as reportagens seguiram esse formato pela grande quantidade de informações que eles haviam levantado sobre o caso. Segundo Alberti (2012), a ideia de transmitir as informações em formato de série possibilitaria um melhor entendimento do caso pelos telespectadores, além de facilitar a divulgação das irregularidades dentro da Assembleia. Outro detalhe é o fato de que dos 50 produtos jornalísticos analisados, 10 eram reportagens especiais e entre elas, algumas possuíam mais de cinco minutos de duração.

Parte-se então para o terceiro quadro, este possui oito colunas. A primeira delas traz a retranca para que o leitor compreenda melhor o tema tratado e a fonte utilizada. Esta primeira coluna auxiliará também na análise de conteúdo que será realizada no próximo tópico.

A segunda coluna menciona o tipo da fonte, tendo cinco opções abaixo explicadas:

1. Oficial/ Oficiosa – Fonte oficial sobre o assunto, que está envolvida diretamente no assunto e que responde por tais acontecimentos.
2. Especialista – Fonte que é especialista no assunto e tem respaldo teórico para responder os assuntos.
3. Testemunha – Possui respaldo pessoal sobre o tema para tratar do assunto. É ponto chave para investigações.

4. Personagem – Nem sempre é a fonte oficial, mas está envolvida no caso e, não estar envolvida diretamente ao assunto a torna personagem.
5. Escuta/Câmera Escondida – escutas gravadas sem autorização das testemunhas ou fontes oficiais.

Quando não é nominado o tipo de fonte, é que a peça jornalística não utilizou nenhum tipo de fonte.

A terceira coluna traz o número de fontes utilizadas dentro da reportagem. O número de fontes utilizadas auxilia na formulação da notícia. Quanto mais visões e informações sobre o fato, mais ampla é a cobertura do assunto. Sendo assim, o número de fontes é de grande importância neste ponto. As cinco últimas colunas discriminam as fontes de cada peça.

Retranca/palavra chave	Tipos de fontes	Número de fontes	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 03	Fonte 04	Fonte 05
Assembleia, Diários Oficiais, Fraude, Funcionários fantasmas, Diário Avulso	Personagem, Especialista, Escuta telefônica/Câmera escondida	4 fontes	Jermina Leal - agricultora	Vanilda Leal - Agricultora	José Vicente de Mendonça - Especialista em Direito	Não aparece - chefe de arquivo da Assembleia	
Funcionária fantasma, Vanilda		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Diários Secretos, Série		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Justus, sindicância, denúncias		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Justus, Vanilda		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Justus, sindicância, denúncias		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Vanilda, Plenário, transparência		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Diários, Abib Miguel, Funcionários	Personagem, Escuta telefônica/C	5 fontes	Isidoro Volsilk - Jardineiro	Luciana de Lara Abib - filha de Abib	Lorete Prevedelo Pequeno -	Marilis Prevedelo Pequeno -	Isabel Stein Miguel -

laranjas	âmera escondida			Miguel	filha de Douglas - contador	filha de Douglas - contador	filha de Abib Miguel
Irregularidades , Diários, Promotoria	Oficial	1 fonte	Arion Rolin Pereira - Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público				
Irregularidades , Diários, Promotoria	Oficial	1 fonte	Arion Rolin Pereira - Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público				
Diários, Fantasmas, Salários	Personagem , Escuta telefônica/Câmera escondida	4 fontes	Sogro de funcionário fantasma - sem nome	Sogra de funcionário fantasma - sem nome	Esposa de funcionário fantasma - Solange	Aguinaldo Pereira Neto - Engenheiro ambiental	
Justus, recadastramento anual, funcionários		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
ONG, Denúncias	Oficial	1 fonte	Gil Castelo Branco - Presidente e da ONG Contas Abertas				
ONG, Denúncias	Oficial	1 fonte	Gil Castelo Branco - Presidente e da ONG Contas Abertas				
Diários, lista internet,	Personagem , Escuta	3 fontes	Daor Marins de	Pierre José Gbur -	Eduardo Gbur -		

funcionários	telefônica/C âmera escondida		Oliveira - Corretor	Garçom	Taxista		
Protesto, Assembleia, Internet	Oficial	1 fonte	Durval Amaral - Deputado Estadual DEM				
Repercussão, denúncias	Oficial	3 fontes	Beto Richa - Prefeito de Curitiba	Orlando Pessuti - Vice Governador	Osmar Dias - Senador PDT		
Justificativa, reportagem	Fonte não identificada/ alta de GC	A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Afastamento, Diretor, Assembleia	Oficial indireta / citado	A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Afastamento, Diretor, Abib Miguel	Oficial indireta / citado	A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Entrevista, Justus, Diários	Oficial	1 fonte	Nelson Justus - President e da Assemble ia				
Entrevista, Procurador, Ministério	Oficial	1 fonte	Olympio de Sá Sotto Maior - Procurad or Geral de Justiça				
Esquema, fantasma, lista transparência	Oficial, Oficiosa, Personagem , Testemunha em off	4 fontes	Cláudio Gerolimo - Assessor Parlamen tar	Esposa de Cláudio Gerolimo	Valdir Rossoni - Deputado Estadual	Sem identificaçã o - Funcionári a fantasma	
Irregularidades , fantasmas	Personagem , Testemunha em off, Escuta telefônica/C âmera escondida	4 fontes	Carlos Eugênio Cardoso - Capitão da Marinha	Sem identificação - Funcionária fantasma	sem identificaçã o - Secretária de Solon de Souza	Sem identificaçã o - Esposa de Solon de Souza	
Trabalho inédito, prática Diários Avulsos, Pesquisa		A peça não dá voz a nenhuma fonte					

internet							
Publicação, Diários, internet		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
	Oficial Indireta	1 fonte	Nereu Moura				
Contratação funcionários, demissões	Especialista	1 fonte	Bernt Entschew - Consultor de empresas				
Repercussão, denúncias, Paraná	Oficial	4 fontes	Mauro Sebastiany - Presidente da ABIH - Foz do Iguaçu	Alexandre Kireeff - Presidente da Sociedade Rural do Paraná	Everaldo Moreno - Vice Presidente do Observatório Social do Brasil	Roberto Busato - Ex-presidente da OAB	
Investigação, Ministério Público, Documentos, Internet	Oficial	3 fontes	Olympio de Sá Sotto Maior - Procurador Geral de Justiça	Arion Rolim Pereira - Procurador de Justiça	Vani Antonio Bueno - Procurador do Gaeco		
Divulgação, internet, diários	Oficial, Oficial Indireta	2 fontes	Tadeu Veneri - Deputado Estadual PT	Valdir Rossoni - Deputado Estadual PSDB			
Ministério Público, investigações, suspeitos	Oficial	1 fonte	Fuad Farah - Promotor de Justiça				
Análise material, indicação Ministério Público, movimentações, lavagem de dinheiro	Oficial, Especialista	2 fontes	Jackson Sandrini - Especialista em sistema financeiro	Fuad Farah - Promotor de Justiça			
exoneração, deputados	Oficial indireta	2 fontes	Geraldo Cartário	Neivo Beraldin			
Funcionário, Assembleia, contratação e exoneração	Oficial	1 fonte	Pedro Ivo - deputado estadual PT				
Funcionários, irregularidade, rede parentes	Escuta telefônica/Câmera escondida, personagem	2 fontes	Tereza Ferreira Alves - Dona de salão e	Antonio Wilson Camargo Filho - Contratado			

			contratada da Alep	da Alep			
levantamento nomes, gabinete presidência	Personagem, Escuta telefônica/Câmera escondida	2 fontes	Luiz Carlos Barbosa - funcionário Alep	Tereza Ferreira Alves - Dona de salão e contratada da Alep			
Exoneração, funcionários	Oficial indireta	1 fonte	Diretoria de Comunicação da Assembleia				
Protesto, invasão Assembleia, Tribunal de Contas	Oficial	2 fontes	Paulo da Rosa Junior - União Paranaense de Estudantes	Mario Sérgio de Andrade - União Estudantes Secundaristas			
Exoneração, diários oficiais, irregularidades		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Diários, numeração, irregularidade		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Prisão, falsificação, lavagem de dinheiro público	Oficial	1 fonte	Leonir Batisti - Promotor de Justiça				
Prisão, nomes		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Investigação, prisão funcionários	Oficial indireta	Diretoria de Comunicação da Assembleia					
Apreensão documentos, gráfica, prisão	Oficial	1 fonte	Leonir Batisti - Promotor de Justiça				
Prisão, apreensão		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Dinheiro público, funcionários assessores,	Oficial, Escuta telefônica/Câmera escondida	2 fontes	Cleon Cosme Costa - Agente político	Arion Rolim Pereira - Procurador do Ministério Público			
	Oficial,	1 fonte	Chefe de				

eleição	Escuta telefônica/Câmera escondida		Gabinete de Durval Amaral				
impedimento legal, agente político		A peça não dá voz a nenhuma fonte					
Funcionário, dinheiro público		A peça não dá voz a nenhuma fonte					

Quadro 03 – Presença e tipos de fontes nas peças jornalísticas

Fonte: a autora

Segundo Schmitz (2011), grande parte das informações jornalísticas é produzida por organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia e que, na maioria das vezes, o próprio fato/acometimento, não é presenciado pelo próprio jornalista produtor da reportagem. Sendo assim, o jornalista acaba recorrendo às fontes para contar a informação. Para o autor:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 09).

A necessidade em ter nas fontes uma relação de causalidade acarreta também na seleção de partes da notícia que apenas estas fontes possuem. Isso acontece porque o processo de seleção para produzir a informação é feito pelo próprio jornalista e, segundo Schmitz (2011), ao selecionar suas fontes, o jornalista considera se o fato é notícia ou não, e se é de interesse público ou não. Devido a isto, algumas fontes utilizam da visibilidade para legitimar uma credibilidade a empresas, pessoas (como políticos, por exemplo), e organizações.

Duarte (2010) *apud* Schmitz (2011) coloca seis critérios jornalísticos utilizados para a escolha das fontes. O primeiro é a credibilidade, que é o fator de conhecimento e confiança na fonte. O segundo é o de interesse público, para avaliar o valor que a informação terá ao receptor. O terceiro está na novidade do tema. O

quarto é a disponibilidade da notícia, ou seja, se ela possui informações suficientes para ser repassada ao público. O quinto é a exclusividade da notícia e das fontes e, por fim, o sexto, a adequação do tema, para que seja possível selecionar e enquadrar a notícia pelo veículo de comunicação.

Ao colocar as fontes utilizadas pela RPC TV, é possível observar a concordância em grande parte desses critérios apresentados por Duarte, entre eles a adequação do tema, a novidade do tema, o interesse público e a disponibilidade da notícia. O caso dos funcionários fantasmas foi apresentado pela primeira vez na emissora, tendo como a novidade do tema a sua principal maneira de atrair o interesse público sobre o mesmo.

Vale destacar que o número reduzido de fontes nos produtos jornalísticos subsequentes à Série Diários Secretos, foi observado. Em muitos produtos, o veículo noticiou assuntos relacionados ao tema sem colocar nenhuma fonte e, como visto acima, prejudica a própria informação. Foram 17 produtos jornalísticos que não contaram com a presença de nenhuma fonte. Para Schmitz (2011), as fontes são as detentoras do conhecimento acerca de um assunto determinado e são elas que desenvolvem uma gestão do que conhecem e reconhecem para transformar o conhecimento pessoal para algo compartilhado. Quando a RPC TV retira de suas notícias as fontes, deixa de incluir esse conhecimento acerca do fato e passa a noticiar apenas o conhecimento de algo, que é uma busca de conhecimento sobre algo (SCHMITZ, 2011, p. 16).

No caso dos Diários Secretos, a RPC TV utilizou como fontes, em grande maioria, as fontes oficiais, ou seja, aquelas que tinham a palavra oficial sobre o fato, tal como assessores da Assembleia, funcionários fantasmas, entre outras. Como dado interessante, o uso das escutas e/ou câmera escondida para dar credibilidade ao produto jornalístico, foram utilizadas em larga escala. Esses recursos foram utilizados para que a informação pudesse ser obtida, já que, provavelmente as fontes que aparecem através das câmeras escondidas, não puderam ser obtidas oficialmente, ou por impossibilidade do entrevistado, ou porque as informações não seriam fornecidas ao jornalista caso a fonte soubesse que estava sendo gravada.

## Uso das fontes

Entre as fontes, segundo Schmitz (2011), as informações jornalísticas são variadas e emanam de vários tipos e, é por este motivo, que o jornalista utiliza-as para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos apresentados por suas fontes. Quanto mais diversificadas elas forem, mais próximo ao fato será o conteúdo produzido, e quanto mais a notícia seja polifônica, mais ela abrange a diversidade de opiniões, relatos, testemunhas, etc.

Os telejornais estudados apresentaram, durante a repercussão do caso dos Diários Secretos, vários tipos de fontes e o uso das delas também é referencial para o agendamento. A utilização de fontes oficiais dá credibilidade ao receptor. Quando a televisão noticia com fontes oficiais, passa a impressão de estar por dentro da verdade – ou pelo menos chegando próxima a ela. Lima (2002) explica que as fontes no telejornal são controversas. Quando o assunto é trabalhado para os estratos superiores, o telejornal seleciona, geralmente, especialistas, intelectuais ou formadores de opinião. Já quando quer trabalhar com fatos ocorridos, contata os populares.

No caso dos Diários Secretos, para apresentar o problema, o telejornal utilizou testemunhas populares, que não eram especialistas em nenhuma situação e que pareciam não compreender o grande problema dos Diários Secretos.

Mas, quando o assunto ganhava forma e a denúncia era formalizada, a RPC buscou nas fontes especialistas a resposta para suas reportagens. Os populares deixaram a cena e os promotores, advogados e membros da Assembleia entraram em cena. Nesta postura, a explicação de Lima (2002) apresentada acima é comprovada. As fontes são distintas em cada tema.

Para que o agendamento midiático tenha outra hipótese comprovada, é comum que as fontes sejam apresentadas como oficiais e que haja testemunhas do fato. Segundo Lima (2002), são essas fontes que dão credibilidade a tudo que está colocado na notícia.

Pelo quadro 03 percebe-se que o número de fontes oficiais ultrapassa o número de testemunhas e personagens, ou seja, são essas fontes que dão o caráter de verdade das reportagens. Não é comum, em reportagens diárias, ter a presença de tantos especialistas. Há muito mais testemunhas e personagens do que fontes

oficiais. Na verdade, tais fontes são apenas utilizadas para dar o contraponto da reportagem.

A presença dessas fontes oficiais coloca as reportagens dos Diários Secretos em evidência maior, apresentando mais o lado oficial da notícia do que o de personagens e envolvidos no escândalo.

A televisão, ao levar um tema específico a sua exaustividade, confere um grau de importância elevado ao público. Lippmann (2008) diz que “a imprensa deveria fazer espontaneamente o que a democracia imaginava que cada um de nós faria espontaneamente, e que diariamente, apresentaria uma imagem verdadeira do mundo exterior – ao qual estamos interessados.”. Isso significa que o papel do telejornal seria o de apresentar uma versão da realidade que esperamos enxergar. Ao apresentar esse tema mais e mais vezes num mesmo produto, ele acaba apresentando várias vezes a mesma verdade do fato.

Se o papel do jornal, segundo Lippmann (2008) é apresentar as várias verdades escondidas em fatos isolados, para que a população possa compreendê-los e interpretá-los a seu critério, o que se pode observar no caso dos Diários Secretos não foi verdadeiro, afinal, uma mesma verdade foi apresentada sempre, sem a presença de outras fontes para a confirmação dos casos. Houve mais silenciamento do que presença de fontes para a apresentação de verdades. Uma prova desta não representatividade de alguns sujeitos do caso, é que Abib Miguel foi citado em grande escala pela RPC, mas, em nenhum produto, teve sua voz/versão apresentada.

Outro dado interessante é que, o ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, foi citado em sete edições dos telejornais, mas nunca foi fonte da notícia. No dia 16/03 apareceu a primeira reportagem citando o ex-diretor. A reportagem era a matéria de estreia da série de reportagens sobre os Diários Secretos. Posterior a reportagem de abertura, Abib continuou pautando os telejornais até o dia 24 de abril, quando apareceu pela última vez. Apesar de não aparecer em nenhum telejornal conversando sobre o caso, Abib teve imagens gravadas e continuamente repassadas aos telespectadores.

Conforme o próprio veículo de comunicação noticiou, Bibinho (como era conhecido Abib) foi apontado como a figura principal do esquema do desvio público

através de funcionários fantasmas na Assembleia. O ex-diretor foi um dos únicos condenados criminalmente no caso dos Diários Secretos.

### **Compreendendo os dados**

Os dados acima apresentados geram algumas conclusões sobre a apresentação do tema Diários Secretos nos telejornais. A primeira delas é o número de reportagens veiculadas. Geralmente, pautas nos telejornais são apresentadas de forma rápida e não frequente. O retorno da pauta no dia seguinte já demonstra uma possibilidade de um aumento na troca de saliência entre a agenda do público e a do veículo de comunicação, pois, segundo a teoria da agenda-setting, a presença do conteúdo na mídia, aumenta a possibilidade de agendar o público.

Outro fator que foi possível observar nos dados é a repetição de assuntos entre os dois telejornais apresentados. Há uma correlação das notícias apresentadas no dia entre o Paraná TV 1ª e 2ª edição. Alguns destes produtos jornalísticos, contudo, não se repetem, mas os assuntos mais relevantes são abordados novamente. Um motivo pelo qual isso possa ser apresentado é que, de acordo com pesquisas da Teleco Brasil (2011), o público brasileiro prefere consumir informações no período entre as 18 e as 21 horas.

Quando o veículo noticia o caso das contratações de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa, outro fator interessante para destacar é o tempo dos seus produtos jornalísticos, geralmente elevados, com alguns, como entrevistas que ultrapassam oito minutos. Nesta entrevista em questão, veiculada na Primeira Edição do telejornal, o produto ocupa 16% de toda a programação deste dia do telejornal. Ainda ao apresentar este ponto, dia 18/03, o Paraná TV Segunda Edição veiculou cinco produtos sobre o tema Diários Secretos. Juntos, eles ocuparam mais de oito minutos do telejornal. Isso representa, em porcentagem, 40% da edição sendo composta pelo tema.

Segundo Marcondes Filho (1986), a notícia nada mais é que uma informação transformada em mercadoria, repleta de interesses que tem como objetivo, influenciar o psíquico do receptor, e é o telejornal que faz com que isso aconteça, já que ele traz diversas notícias, entre elas, boas e ruins.

Contudo, quando uma notícia ganha evidência, ou seja, ganha destaque dentro da programação, o papel do receptor é modificado. Ao invés de ser um mero decodificador das mensagens, segundo McCombs (2009), ele passa a sofrer com a intensa saliência dos temas. Para o autor, quando há uma repetição exaustiva da notícia, o público a vê como algo mais importante que as outras pautas, e o que estava apenas na agenda midiática, se torna agenda pública também. Ou seja, quanto maior a exposição da notícia, maior sua proximidade com o público e maior a chance de o tema ser agendado pela população.

É neste ponto que McCombs (2009) coloca sobre a importância dos mass media dentro do aprendizado da sociedade. “Elas também aprendem sobre os mais importantes temas do momento, incorporando a agenda dos Mass Media em suas próprias agendas dos tópicos centrais do que a sociedade enfrenta” (McCombs, 2009, p.80).

Se a exposição do tema é uma das características do agendamento, então o agendamento foi observado através dos dados apresentados anteriormente. Uma notícia comum, por exemplo, quando possui dois minutos de duração, representa apenas 4% de todo o telejornal. As notícias sobre os Diários Secretos chegaram a ocupar mais de 10% da programação, isso é mais que o dobro de qualquer outra reportagem.

Visto isto, é possível afirmar então a primeira hipótese que McCombs (2009) cita como fundamental para a construção da agenda setting: a saliência do tema no mass media, ou seja, neste caso, a quantidade temporal de veiculação do tema dentro do telejornal. Na tabela abaixo é apresentado uma sequência de cinco dias (os primeiros dias de divulgação do caso entre todas as reportagens veiculadas) da divulgação do tema nos dois telejornais:

Tabela 02 - Duração temporal dos produtos sobre o tema nos telejornais  
Fonte: a autora

	15/03	16/03	17/03	18/03	19/03
Paraná TV 1 <sup>a</sup> Edição	5'36"	5'02"	16'03"	14'21"	3'26"
Paraná TV 2 <sup>a</sup> Edição	5'16"	7'47"	6'27"	13'03"	9'57"

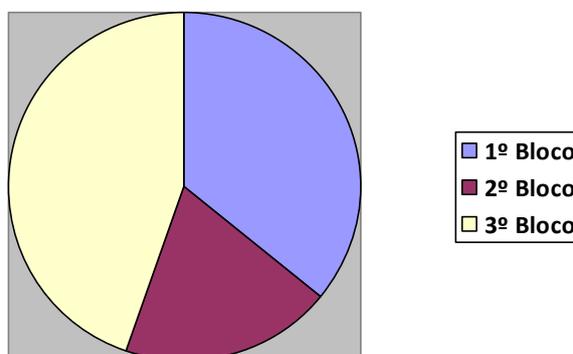
A continuidade das reportagens durante os dias foi intensa e isso impacta na recepção do telespectador no fato, pois, além do efeito do tempo sobre o receptor na construção da agenda, a continuidade é determinante. Nos casos estudados por McCombs (2009), fica claro que os temas que ganhavam mais saliência na agenda pública também eram aqueles que continuavam na agenda midiática por mais tempo. Durante a semana apresentada acima, é possível notar que em alguns dias, a duração das peças jornalísticas sobre os Diários Secretos foi em mais da metade do telejornal.

Quanto maior o tempo de duração da notícia, mais ela pode agendar o público. No telejornal, que é o meio de comunicação mais visualizado pelos brasileiros, o impacto tem um alcance ainda maior.

(...) é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que podemos aquilatar, com maior precisão, os efeitos provocados pelos meios de comunicação. Mais que isso, deve-se levar em conta não apenas o lapso de tempo abrangido por uma determinada cobertura jornalística quanto, muito especialmente, o tempo decorrido entre esta publicidade e a concretização de seus efeitos em termos de uma ação conseqüente por parte do receptor. (HOHLFELDT, Antonio. 1997, p. 44)

Ainda é importante ressaltar que, o Paraná TV 1ª e 2ª edição no interior veicula apenas os últimos blocos dos telejornais, pois os primeiros blocos ficam para a programação local. Visto isto, abaixo o gráfico exemplifica em qual bloco as peças jornalísticas foram veiculadas.

Gráfico 01 – Divisão de blocos das peças veiculadas



O gráfico mostra que as peças foram distribuídas com mais destaque entre o 1º e o 3º bloco, identificando que a abrangência foi para todo o Estado do Paraná. Nem todas as reportagens foram veiculadas para todas as localidades, mas como a presença no 3º bloco foi a mais intensa, é possível afirmar que a abrangência do assunto chegou para todos os paranaenses, embora, vale ressaltar que a região de Curitiba recebeu mais informações sobre a Série.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RPC TV apresentou, em Março de 2010, em sua programação de telejornais, a série: Diários Secretos. A série de reportagens especiais apresentava a contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa do Paraná e denunciava diversas irregularidades que ocorriam na mesma.

A divulgação da série “Diários Secretos” trouxe a tona informações que até então eram desconhecidas da maioria da sociedade. Através da revelação das fraudes que estavam ocorrendo na Assembleia Legislativa do Paraná, pelos jornalistas, os telespectadores tiveram a oportunidade de acompanhar o desenrolar do caso, com a prisão de envolvidos, cassação de bens e mandatos e principalmente ações que surgiram a partir desse caso.

O tema teve como repercussão posterior, meses de cobertura sobre a apuração do fato e as consequências dessas contratações e irregularidades dentro da própria Assembleia. A verificação do fato pela Polícia e pelo Ministério Público foram indícios de um agendamento midiático, promovido pela emissora, que teve como consequência a prisão do ex-diretor, Abib Miguel.

Contudo, a divulgação desse fato deixou algumas considerações sobre os efeitos do agendamento nas eleições daquele ano, pois, foi possível destacar que a série não foi decisiva na reeleição dos envolvidos, já que alguns foram reeleitos, como por exemplo Alexandre Curi, Nereu Moura, Valdir Rossoni, Durval Amaral e Nelson Justus. Segundo Alberti (2012), o objetivo da série não era influenciar as pessoas sobre o voto na eleição de 2010, e isso pôde ser constatado no resultado da própria eleição, em que alguns candidatos foram reeleitos e continuaram nos cargos mesmo após a divulgação de informações sobre improbidade política. Porém, as pessoas tomaram conhecimento de fatos e de pessoas contrários ao que deveria ser transparente.

Uma das hipóteses para esse não agendamento nas urnas pode ter sido o fato de que apenas Abib foi condenado, sugerindo ao público que o ex-diretor, era o mandante de todo o esquema e que nenhum deputado estava envolvido diretamente nas contratações fantasmas.

A produção científica referenciada nos quatro capítulos anteriores expõe temas que embasam teoricamente o escândalo político ocorrido na Assembleia Legislativa do Paraná e sua transmissão televisiva.

Na perseguição desse intento, usou-se a ferramenta da pesquisa científica para buscar respostas aos questionamentos iniciais. E, por meio da pesquisa qualitativa e quantitativa, das entrevistas com os jornalistas responsáveis pela série, foram se abrindo horizontes de forma a que se pudessem arriscar respostas para a questão posta no início do trabalho: De que forma a mídia intermediou o escândalo político na Assembleia Legislativa do Paraná, por meio da série “Diários Secretos”, entre representantes e sociedade sendo que para uma parcela da população a TV é a principal fonte de informação? Como o jornalismo atua na fiscalização, veiculação, crítica e análise do sistema político?

A dissertação apresentada apontou que a televisão regional buscou apontar irregularidades no serviço público paranaense. Ao fazer isso, possibilitou uma discussão pública sobre a função política dos deputados e de seus assessores. Foi possível, através do resultado das análises apresentadas, verificar que a RPC TV buscou em exaustão o esclarecimento dos fatos e isso foi feito de forma espetacularizada no tratamento do escândalo. Porém, não é possível afirmar que houve um interesse político por parte da emissora, por trás das matérias jornalísticas divulgadas, mesmo o tema tendo repercussão grande dentro do veículo.

Como apresentado anteriormente, houve um aumento na troca de saliência, observado durante meses no caso dos Diários Secretos, e isso confirma a primeira hipótese da pesquisa, que visava encontrar o agendamento entre a RPC e o seu público sobre o assunto “Diários Secretos”.

É possível concluir, portanto, que a RPC TV agendou o tema: Diários Secretos na sociedade paranaense durante o período em que apresentou a repercussão do tema, entretanto, quando o tema é visualizado posteriormente, no caso nas eleições para Assembleia de 2010, o agendamento não é mais encontrado, já que os representantes ainda foram eleitos. Porém isso é objeto para outra pesquisa, já que o objetivo desta não era estudar a reeleição de candidatos na eleição de 2010.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, Anderson de Oliveira. **A televisão e o instituto da concessão pública**. Dez. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/7654/a-televisao-e-o-instituto-da-concessao-publica>. Acesso em: 26 Fev. 2014.

ALBERTI, James. Entrevistado dia 31 de Julho de 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1994.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. Revista Galáxia, São Paulo, n.10, p. 51-64, dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**; tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAZ, Jairo Rafael Barbosa. **Considerações sobre o caso Mensalão no contexto da teoria social do EPM**. Disponível em: [http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/consideracoes\\_sobre\\_o\\_caso\\_mensalao\\_no\\_contexto\\_da\\_teorica\\_social\\_do\\_epm.pdf](http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/consideracoes_sobre_o_caso_mensalao_no_contexto_da_teorica_social_do_epm.pdf). Acesso em: 15 jan. 2014.

BURDY, Robert. **DW**, 1974: Nixon renuncia. Calendário histórico. 08 ago. 2012. Disponível em: <http://www.dw.de/1974-nixon-renuncia/a-895904>. Acesso em: 07 nov. 2012.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 5, n.1, p. 69-85, 2003. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>. Acesso em 09 jan. 2014.

CARVALHO, Alexandre. **Reportagem na TV: como fazer, como produzir, como editar**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em:

<http://telejornalismo2.files.wordpress.com/2012/02/reportagem-especial.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

CHAIA, Vera. **Jornalismo e política**: Escândalos e Relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, SP: Hacker Editores, 2004.

CHAIA, Vera. **Escândalos Políticos e Mídia**: casos da vida política brasileira. 2000. Disponível em: [http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14012\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14012_Cached.pdf). Acesso em 10 nov. 2012.

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing**: reafirmando os efeitos limitados. Revista Famecos. n14. Abril, 2001. p.88-101.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 26 Fev. 2014.

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma nova luz na dala**: histórias da TV Paranaense. Curitiba: Arowak, 2010.

DAPIEVE, Arthur Henrique Motta. **Suicídio por contágio – A maneira pela qual a imprensa trata a morte voluntária**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Mar. 2006. Disponível em: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410389\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410389_06_pretextual.pdf). Acesso em: 04 Jun. 2012.

DIAS, Bibiana Soldera. **A crise final do Governo Getúlio Vargas sob o olhar de Assis Chateaubriand**: uma análise das edições de agosto e setembro de 1954 da revista O Cruzeiro. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212363845\\_ARQUIVO\\_TextoBibianaANPUHRS\[1\].pdf](http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212363845_ARQUIVO_TextoBibianaANPUHRS[1].pdf). Acesso em: 17 Jun. 2012.

Estudantes e entidades representativas pedem transparência na AI: União Paranaense dos Estudantes (UPE) organizou um protesto em Cascavel. E OAB-PR ganhou apoio de 28 entidades ao movimento “O Paraná que Queremos”. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 15 Mai. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecrets/>. Acesso em: 03 Jun. 2012.

Fernandes, Andre. **O serviço de radiodifusão e a função social das emissoras de televisão**. 25 Ago. 2005. Disponível em: <http://www.midiativa.tv/blog/?p=541>. Acesso em: 26 Fev. 2014.

GARCIA, Euclides da Cunha. Entidades cobram mudanças na Assembleia paranaense: Vinte e oito instituições aderiram à campanha “o Paraná que Queremos” que pede o fim da impunidade no Legislativo paranaense. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 16 mai. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecrets/>. Acesso em: 03 jun. 2012.

GARCIA, Euclides da Cunhas; RIBEIRO, Adriano. Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto da Lei da Transparência: Primeira votação da proposta está prevista para a quarta-feira (14), mas a votação definitiva do projeto deve ocorrer apenas no início de Agosto. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 13 jul. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecrets/>. Acesso em: 03 Jun. 2012.

GAZETA DO POVO. Paraná. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecrets/>. Acesso em: 03 Jul. 2012.

GOMES, Mayra. Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento**. 1997, revista Famecos, Porto Alegre. nº7, semestral.

JESUS, Rosane Martins de. **Posicionamento telejornalístico: o Jornal Nacional e o dilema entre a cobertura da Copa das Confederações e a cobertura das manifestações populares**. Manaus, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0993-1.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

JÚNIOR, Jamur. **Pequena história de grandes talentos: os primeiros passos da televisão no Paraná**. Curitiba, 2001.

KOHLBACH, Karlos; BREMBATTI, Katia; ALBERTI, James; TABATCHEIK, Gabriel. 2.178 atos secretos da Assembleia: Milhares de decisões tomadas pelo Legislativo entre Janeiro de 2006 e Março de 2009 não constam em nenhum diário oficial numerado, nem nos avulsos consultados pela reportagem. **Gazeta do Povo**. Curitiba, p. 2-3. 21 mar. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecrets/>. Acesso em: 03 jun. 2012.

KOHLBACH, Karlos; BREMBATTI, Katia; ALBERTI, James; TABATCHEIK, Gabriel. Al exonera 237 comissionados: Direção da Casa publicou três diários oficiais que mostram a demissão com datas retroativas a Março, de funcionários citados na série de denúncias da Gazeta do Povo e RPCTV. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 20 abr. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/>. Acesso em: 03 jun. 2012.

KOHLBACH, Karlos; BREMBATTI, Katia. Desde 2010, Assembleia economiza R\$ 4,5 mi mensais: Corte de gastos com pessoal ocorreu após a publicação da série de reportagens Diários Secretos que hoje completa dois anos. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 16 mar. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/>. Acesso em: 03 jun. 2012.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação; tradução de Rafael Varela Jr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

Lei da Transparência é sancionada e entra em vigor dentro de 180 dias. 26 out. 2010. Disponível em: <http://amp-pr.jusbrasil.com.br/noticias>. Acesso em: 03 de jun. 2012.

LIMA, Marcus Antonio Assis. **Jornalismo e "construção de futuros". Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. 4., Santa Cruz de la Sierra, v., n. , jun-2002. 11p.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-jornalismo-futuros.pdf>. Último acesso em: 27 Fev. 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOPES, Dirk. Entrevistado dia 19 de Abril de 2012.

LOPES, Elisa; KOHLBACH, Karlos. Justiça concede habeas corpus a Abib Miguel: O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, acusado de atrapalhar o andamento do processo a que responde na justiça, está preso desde março e deve ser solto nesta terça. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 07 mai. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/>. Acesso em: 03 jun. 2012.

LOPES, Felisbela. **O Telejornal e o serviço público**. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo, SENAC, 2000.

MANUAL DE REDAÇÃO. Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo, Ática, 1986.

MARIANO, Marcos. **Midiatização das CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná**. 2013.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MENEZES, Paloma; STAEL, Lyvia. Jornalismo Investigativo. In: PENA, Felipe(Org.). **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Rio, 2005. p. 193-202.

MOVIMENTO VEM PRA RUA.ORG. Disponível em: <http://vemprarua.org/>. Acesso em: 15 jan.2014.

NETTO, Accioly. **O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERSICI, Bianca. **Imagem pública e escândalo político: o caso Roseana Sarney**. Prêmio Intercom. 2003. Disponível em: [http://www.rrpponline.com.br/manager/pub/arg/bianca\\_persici.pdf](http://www.rrpponline.com.br/manager/pub/arg/bianca_persici.pdf). Acesso em: 10 nov. 2011.

REVISTA INTERCOM. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.2, jul./dez. 2008.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SANTOS, Nina. **Agendamento e twitter: um estudo exploratório**. Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <http://gitsufba.net/simposio/wp-content/uploads/2011/09/Agendamento-e-Twitter-um-estudo-exploratorio-SANTOS-Nina.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis, 2011. Disponível em: [http://www.faculdadeparque.com.br/ebooks/Fontes\\_noticias.pdf](http://www.faculdadeparque.com.br/ebooks/Fontes_noticias.pdf). Acesso em: 03 jun. 2014.

SERRA, Wilson. Entrevistado dia 07 de Fevereiro de 2013.

SILVA, Vevila Junqueira da. **O mensalão inserido na teoria dos escândalos políticos midiáticos de Thompson**. Bauru, 2007. Disponível em: <http://www4.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/22.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SOMMA NETO, João. **O poder da imagem ou a imagem do poder? A política do telejornalismo**. Comunicação: reflexões, experiências, ensino; Revista dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda/ Universidade Positivo. V.2 – n.1 – 1º semestre 2009.

SOMMA NETO, João. **Ações e relações de poder: a construção da reportagem política no telejornalismo paranaense – um estudo comparativo**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SOUZA, Jorge P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e da Mídia. Cap. 8 - Pesquisa Comunicacional**. Florianópolis – SC: Ed. Letras Contemporâneas, 2004 (p. 363 a 433).

STANCKI, Rodolfo. Escândalo Watergate, emblema do jornalismo, faz 40 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jun. 2012. Entrevista, Imprensa, p. 23.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TELECO BRASIL. **O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais**, preparado pelo Teleco para a Telebrasil. 2011. Disponível em < <http://www.teleco.com.br/estatis.asp>>. Acesso em: jul. 2014.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2.ed, 2005.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

## APÊNDICE 1

### Questionário para decupagem das matérias

Data de veiculação

**Telejornal avaliado \***

- Paraná TV 1a edição
- Paraná TV 2a edição

**O assunto teve destaque na escalada \***

- Sim
- Não

**Em qual bloco a peça foi veiculada \***

- Primeiro
- Segundo
- Terceiro

**Lead sobre a peça \***

**Retranca/palavra chave \***

**Qual o tempo de exibição do material \***

**Qual o tipo de peça jornalística avaliada \***

- Reportagem
- Reportagem especial
- Entrevista em estúdio
- Entrevista externa
- Quadro/coluna/Boletim/Stand up
- Nota pelada/seca
- Nota coberta
- Comentário/opinião

**Quais os tipos de fonte que aparecem na peça \***

- Oficial
- Oficiosa
- Personagem
- Especialista
- Profissional/Perito
- Testemunha em off
- Escuta telefônica/Câmera escondida
- Fala-povo/enquete
- Fonte não identificada/falta de GC

**Quantas fontes têm a peça jornalística \***

- 1 fonte
- 2 fontes
- 3 fontes
- 4 fontes
- 5 fontes
- A peça não dá voz diretamente a nenhuma fonte

**Fonte 01**

Escrever nome completo e função

**Fonte 02**

Escrever nome completo e função

**Fonte 03**

Escrever nome completo e função

**Fonte 04**

Escrever nome completo e função

**Fonte 05**

Escrever nome completo e função

**Observações relevantes**

## APÊNDICE 2

### **Andamento das ações, assim como os acusados respectivamente**

**Autos nº. 10586/2010 - 2ª VFP** - concluso para decisão interlocutória em 08/11/2012. Trata-se de uma Ação Civil Pública que tramita em Segredo de Justiça, assim, a consulta do processo é restrita às partes e seus advogados, ou terceiro interessado. Pelo que consta na consulta via internet, esse processo ainda não teve sentença. Partes: Alexandre Maranhão Khury, Abib Miguel, José Ary Nassif, Cláudio Marques da Silva, João Leal de Matos.

**Autos nº 3072/2011 - 1ª VFP** - interposição de agravo de instrumento pelo Ministério Público em 09/11/2012. Trata-se de uma Ação Civil Pública, denunciando a prática de atos de improbidade administrativa ante a falta de transparência, informação e publicação à sociedade e imprensa sobre vários atos e decisões da Assembleia. Neste processo saiu decisão declinando a competência para processamento e julgamento para o STJ, ou seja, o caso será remetido para julgamento no STJ. A fase atual do processo informa que ele ainda se encontra no cartório. Esse processo tramita em meio físico. Partes: Nelson Roberto Plácido Silva Justus, Alexandre Maranhão Khury, Hermas Eurídes Brandão, Nereu Alves de Moura, Geraldo Cartário Ribeiro, Abib Miguel, Cláudio Marques da Silva, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, Luiz Carlos Monteiro, Cléia Lúcia Pereira Carazzai, Tais Serafim Souza da Costa.

**Autos nº 3927/2011, 3928/2011, 3929/2011 - 2ª VFP:** Trata-se de três Ações Cíveis Públicas, denunciando a prática de atos de improbidade administrativa ante a falta de transparência, informação e publicação à sociedade e imprensa sobre vários atos e decisões da Assembleia. Partes: Nelson Roberto Plácido Silva Justos, Alexandre Maranhão Khury, Hermas Eurídes Brandão, Nereu Alves de Moura, Abib Miguel, José Ary Nassif, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, Cláudio Marques da Silva, Daor Afonso Marins de Oliveira, Douglas Bastos Pequeno, João Leal de Matos.

**Autos nº 9281/2010 - 3ª VFP** - sentença procedente: processo atualmente arquivado, com sentença procedente. Partes: Assembleia Legislativa do Paraná.

**Autos nº 0001266-67.2012.8.16.0004 - (segredo de justiça)** despacho juiz p/ expedição ofício aos Cartórios em 06/07/2012. Partes: Alexandre Maranhão Khury, Nelson Roberto Plácido Silva Justus, José Ary Nassif, Abib Miguel, Cláudio Marques da Silva

**Autos nº 0001601-91.2012.8.16.0004 - (segredo de justiça)** interposição de agravo pela parte. Partes: Alexandre Maranhão Khury e Nelson Roberto Plácido Silva Justus.

**ANEXO 1****Vídeos das reportagens analisadas**

## ANEXO 2

### Texto entregue no Movimento O Paraná que Queremos

A ASSEMBLEIA QUE QUEREMOS. As quatro medidas indispensáveis

- 1 Apresentação, discussão e aprovação do Projeto “Lei da Transparência”;
- 2 Contratação pública imediata de entidade de renome nacional para realizar levantamento da festão administrativa (custos operacionais, patrimonial e pessoal) da Assembleia Legislativa, com a finalidade de estabelecer projeto de profissionalização da gestão administrativa, plano de cargos e salários, com especial atenção para a proporção entre os cargos vinculados à carreira e aqueles comissionados. Projeto este a ser implementado de imediato;
- 3 Implementação imediata de ação administrativa (regulatória e executiva) que reserve a exclusividade do preenchimento de todos os cargos de rotina administrativa a servidores concursados (inclusive dos gabinetes);
- 4 Implementação imediata de ação administrativa (regulatória e executiva) que estabeleça mandato fixo para os cargos de direção administrativa, com a possibilidade de apenas uma recondução. Mandato fixo este não-coincidente com o início e término das respectivas legislaturas.

## ANEXO 3

### ANTEPROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Justificativa: Considerando o disposto nos arts. 33, §6º, 53, VIII e art. 78, todos da Constituição do Estado do Paraná e o disposto na Lei Complementar nº 131/09, instituir controle social com a finalidade de aumentar a eficácia dos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade consagrados no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 1º Todos os atos oficiais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim como das empresas públicas, autarquias e das fundações públicas da Administração Indireta, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados apenas pelo Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações disciplinadas pelas leis federais em vigor.

§1º Todos os atos e contratos oficiais realizados no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público, além das pessoas jurídicas referidas pelo art. 1º e que importem em despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, contratações de servidores funcionários, empregados públicos ocupantes de cargos em comissão, prestação de serviços, pagamentos de diárias e operações financeiras de qualquer natureza deverão ser encaminhados ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado e publicados no Diário Oficial do Estado.

§2º Serão considerados ineficazes, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93, os atos e contratos quando não publicados no prazo de 30 dias após a conclusão formal, devendo eventuais valores despendidos serem ressarcidos aos cofres públicos.

Art. 2º Todos os Poderes do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as empresas públicas, autarquias e fundações públicas da Administração Indireta deverão gerir e manter um Portal da Transparência na rede mundial de computadores (Internet), que poderá ser acessado por qualquer pessoa

mediante atalho eletrônico (link) representado por imagem (banner) na página inicial de cada sítio (site), contendo a nomenclatura do portal.

§1º Deverão ser publicados integralmente no Portal da Transparência a partir da vigência desta lei todos os atos administrativos e contratos celebrados, bem como seus aditivos, que importem em realização de despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, contratações de servidores, funcionários, empregados públicos ocupantes de cargos de comissão, prestação de serviços, pagamentos de diárias e operações financeiras de qualquer natureza, inclusive os gastos discriminados com os cartões corporativos.

§2º Deverão ser publicados igualmente todos os atos de nomeação de servidores, funcionários, empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão, com a discriminação do nome, cargo ou função, lotação e rendimentos, bem como todos os contratos celebrados.

§3º Todos os atos e contratos deverão ser publicados com links de acesso aos editais que antecedem a nomeação e contratação, em especial os procedimentos licitatórios ou as justificativas para a dispensa dos mesmos.

§4º Todos os atos e contratos deverão ser publicados em até 30 dias contados da respectiva assinatura.

§5º Deverão ser publicados todos os extratos das contas e operações financeiras realizadas, assim as faturas dos cartões de créditos pelos agentes estatais, no mês subsequente ao pagamento.

§6º Em se tratando de valores reembolsáveis despendidos pelos agentes estatais, deverão ser publicadas as notas fiscais e cópias da guia de depósito, transferência ou cheques utilizados no reembolso, discriminados pelo nome, cargo e lotação de cada agente.

§7º O Portal da Transparência agrupará as informações, preferencialmente em ordem cronológica, dividido por mês e ano, a partir das seguintes categorias:

- I Servidores, Funcionários, empregados Públicos;
- II Ocupantes de cargos em comissão;
- III Licitações em andamento;
- IV Contratos de obras, serviços, aluguéis e congêneres;
- V Cessões, Permutas e Doações de bens;

VI Pagamento de Diárias;

VII Gastos verbas de representação, verbas de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza;

VIII Gastos com cartões corporativos;

IX Operações Financeiras;

X Controle de Estoque – Listas de Entradas e Saídas de Mercadorias;

XI Perdão de Dívidas, Moratórias, concessões de isenções e subvenções;

XII Extrato da Conta Única de cada Poder e entidade;

XIII Orçamento de cada Poder do Estado e do Ministério Público;

XIV Publicação Extemporânea.

§8º A critério dos responsáveis por cada Poder e entidade, poderão ser criados novas categorias e subcategorias que facilitem a pesquisa por parte dos interessados.

Art. 3º Nenhum ato ou contrato deixará de ser publicado no prazo estabelecido, exceto os que impliquem risco à segurança pública, casos em que serão publicados apenas os respectivos valores nominais.

Parágrafo Único. Os atos e contratos não publicados, de acordo com o caput do artigo, deverão ser obrigatoriamente publicados na categoria “Publicação Extemporânea”, decorridos 12 (doze) meses da publicação dos valores nominais.

Art. 4º A omissão na publicação dos atos e contratos configurará infração administrativa incorrendo o responsável em pena de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais), por ato ou contrato não publicado, aumentados até ao triplo em caso de reincidência.

Parágrafo único: Quando da autuação, o valor das multas sofrerá a atualização monetária decorrente da variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer índice legal que venha a substituí-lo.

Art. 5º É vedada a prática de nepotismo no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo nulos os atos assim caracterizados, ressalvados os cargos providos mediante concurso público.

Art. 6º É proibida a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou

de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou ainda de função gratificada dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim como das empresas públicas, autarquias e das fundações públicas da Administração Indireta, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

Art. 7º Os Poderes do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as empresas públicas, autarquias e fundações públicas da Administração Indireta tem o prazo de 6 (seis) meses para se adequarem ao disposto na presente lei.

Art 8º Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 14.603, de 29.12.2004.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.